



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS (CCEL) – BACABAL  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS**

**A LEITURA DA TRÁGICA HISTÓRIA DE *ROMEU E JULIETA* NAS AULAS DE  
SOCIOLOGIA: UMA ESTRATÉGIA PARA A COMPREENSÃO DA TEORIA DE  
DURKHEIM SOBRE O SUICÍDIO E PREVENÇÃO DESTE PROBLEMA DE SAÚDE  
PÚBLICA**

**MAYARA APARECIDA BATISTA DE SOUZA**

**BACABAL-MA**

**2020**

**MAYARA APARECIDA BATISTA DE SOUZA**

A LEITURA DA TRÁGICA HISTÓRIA DE *ROMEU E JULIETA* NAS AULAS DE SOCIOLOGIA: UMA ESTRATÉGIA PARA A COMPREENSÃO DA TEORIA DE DURKHEIM SOBRE O SUICÍDIO E PREVENÇÃO DESTE PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Monografia de Conclusão de curso, apresentada à Coordenadoria do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia.  
Orientador: Prof. Dr. Edgar Braga Neto

**BACABAL-MA**

**2020**

**MAYARA APARECIDA BATISTA DE SOUZA****A LEITURA DA TRÁGICA HISTÓRIA DE *ROMEU E JULIETA* NAS AULAS DE SOCIOLOGIA: UMA ESTRATÉGIA PARA A COMPREENSÃO DA TEORIA DE DURKHEIM SOBRE O SUICÍDIO E PREVENÇÃO DESTE PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA**

Monografia de Conclusão de curso, apresentada à Coordenadoria do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia.  
Orientador: Prof. Dr. Edgar Braga Neto

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador

---

1º Examinador

---

2º Examinador

Dedico este trabalho ao meu pai, minha  
inspiração e consciência, que em vida  
conduziu e incentivou minha educação.

Francisco Soares de Souza sempre  
permanecerá vivo em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha vida e pelas oportunidades que tem me dado.

A quem sempre esteve ao meu lado: minha mãe, Islândia Batista, meu significado de amor e minha inspiração.

Ao meu namorado, Jean Lohan, pelo poio, carinho e incentivo.

A quem me acompanhou nesta caminhada, meu orientador, professor Edgar Braga Neto, por toda dedicação e paciência na orientação deste trabalho.

Aos professores da Universidade Federal do Maranhão, campus de Bacabal, por todos os ensinamentos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

E a todos os meus amigos e familiares, muito obrigada.

“NÃO SE MATE

Carlos, sossegue, o amor  
É isso que você está vendo:  
hoje beija, amanhã não beija,  
depois de amanhã é domingo  
e segunda-feira ninguém sabe  
o que será.

Inútil você resistir  
ou mesmo suicidar-se.  
Não se mate, oh não se mate,  
reserve-se todo para  
as bodas que ninguém sabe  
quando virão,  
se é que virão”.

(Carlos Drummond de Andrade. Reunião-  
10 anos de poesia, 1969, p. 26)

## RESUMO

Sabemos que o processo de ruptura sistêmica entre as ciências e as letras vem desde a Antiguidade e se agravou diante da racionalidade analítica e instrumental do positivismo. Ao surgir num contexto positivista, a sociologia – ciência da sociedade – excluiu do seu discurso a literatura, as fantasias, os sonhos etc. Mas graças à filosofia romântica, que reivindica a superioridade das artes em relação à estreiteza da ciência, o horizonte da ciência se alarga, e as artes ganham mais espaço nas novas epistemologias das ciências humanas. Na sociologia não foi diferente: ao trazer a ficção para o campo da sociologia, os cientistas sociais puderam “amolecer” a dura linguagem sociológica. Buscamos nesse sentido construir uma estratégia para tratar do complexo fenômeno do suicídio com os jovens no ensino médio, pois a principal obra sociológica sobre tal temática, *O suicídio*, de Durkheim, era-lhes inacessível. Dessa forma fomos buscar a tragédia *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, para fazer com que os alunos compreendam, através dela, as ideias de Durkheim sobre tal fenômeno, em especial a de que “a natureza do suicídio é eminentemente social”. Assim somente a psicologia não explicaria os suicídios de Romeu e Julieta, pois o impulsor de tal ato tem raízes na sociedade, isto é: o confronto civil entre os Capuleto e os Montéquio. Portanto, nosso objetivo é demonstrar que o diálogo entre a literatura e a sociologia é fundamental para as aulas de sociologia no ensino médio, pois incentiva nossos jovens, por intermédio da *poíesis*, a adentrarem no campo da sociologia e, por conseguinte, prevenir problemas de saúde pública, tal como o do suicídio.

**PALAVRAS-CHAVES:** Suicídio. Durkheim. Ficção. Prevenção.

## ABSTRACT

We know that the process of systemic rupture between the sciences and the letters comes from Antiquity and worsened in face of the analytical and instrumental rationality of positivism. When emerging in a positivist context, sociology - science of society - excluded literature, fantasies, dreams, etc. from its discourse. But thanks to the romantic philosophy, which claims the superiority of the arts in relation to the narrowness of science, the horizon of science expands, and the arts gain more space in the new epistemologies of the humanities. It was no different in sociology: by bringing fiction to the field of sociology, social scientists were able to "soften" the harsh sociological language. In this sense, we seek to build a strategy to deal with the complex phenomenon of suicide with young people in high school, since the main sociological work on this theme, Durkheim's suicide, was inaccessible to them. In this way, we searched for the tragedy *Romeo and Juliet*, by William Shakespeare, to make students understand, through it, Durkheim's ideas about such a phenomenon, especially that "the nature of suicide is eminently social". Thus, psychology alone would not explain the suicides of *Romeo and Juliet*, since the impetus for such an act has its roots in society, that is: the civil confrontation between the Capulets and the Montéquio. Therefore, our objective is to demonstrate that the dialogue between literature and sociology is fundamental for sociology classes in high school, as it encourages our young people, through poetry, to enter the field of sociology and, therefore, prevent problems of public health, such as suicide.

**KEYWORDS:** Suicide. Durkheim. Fiction. Prevention.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1	Delimitando o campo investigativo: o suicídio em questão.....	11
1.2	Percursos metodológicos: sociologia e literatura.....	18
1.3	A dinâmica expositiva na construção da monografia.....	22
<b>2</b>	<b>O SUICÍDIO SOB A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DE DURKHEIM.....</b>	<b>24</b>
2.1	Tipos sociais de suicídio.....	30
<b>3</b>	<b>SUICÍDIO EM <i>ROMEU E JULIETA</i>.....</b>	<b>37</b>
3.1	Contexto de produção da obra.....	37
3.2	Romeu e Julieta.....	42
3.3	O suicídio altruísta de Romeu e de Julieta.....	53
3.4	O suicídio anômico de Romeu e Julieta.....	57
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do suicídio surge em razão de nossa convivência com pessoas que têm ideação suicida<sup>1</sup>. Queríamos então compreender por que certos indivíduos acreditam que a vida possa ser pior do que a morte, e, desse modo, poder ajudá-los através de nosso estudo e de nossas aulas no ensino médio. Atualmente, sabemos que não adianta furtar-se da discussão por medo de incentivar tal prática (“o efeito Werther”), ou seja, faz-se necessário, diante das altas taxas de suicídio (que vêm crescendo no contexto da pandemia do novo coronavírus), fomentar o debate público sobre tal temática, e, nesse sentido, queremos contribuir em tal debate com esta monografia e as aulas no ensino médio<sup>2</sup>. Assim começamos a escrever sobre o suicídio, o que não era nada fácil. Era duro escrever sobre um fenômeno que se evita falar e que está cercado de preconceitos. Pensamos assim que entre os jovens haveria essa mesma resistência, sobretudo quando trabalhávamos com as ideias ainda hoje tão atuais, mas herméticas, de Durkheim. Portanto, decidimos que deveríamos abordar esse assunto tabu através da arte, mais especificamente da literatura, de um clássico da literatura mundial, *Romeu e Julieta*, para assim prevenir os nossos jovens desse problema de saúde pública.

A estratégia está, portanto, em aproveitar o espaço da sala de aula para discutir o tema tabu do suicídio. A nosso ver, o livro didático de sociologia, baseado numa síntese das ideias de Durkheim, não é suficiente. Apesar de estar adequada para o livro didático, a linguagem acadêmica da sociologia afasta mais do que aproxima os alunos. Então, dar início ao debate sobre tal fenômeno social com um clássico da literatura é uma forma de chamar a atenção dos jovens que estão no

---

<sup>1</sup> Ação de pensar ou planejar o suicídio.

<sup>2</sup> O chamado “efeito Werther” foi estudado pelo sociólogo David Phillips, em 1974, com o objetivo de definir o comportamento suicida por imitação. O nome se deve ao romance *Os sofrimentos do jovem Werther*, do alemão Johann Goethe. Quando publicado em 1774, sofreu repercussões negativas sendo acusado de fazer apologia ao suicídio e instigar jovens a tirar a própria vida. O livro foi proibido em algumas regiões da Europa, o que levou Goethe a inserir “a partir de 1775 uma quadra no frontispício da segunda versão de Werther que terminava assim: Seja homem, diz ele, não siga meu exemplo” (MINOIS, 2018, p.335).

ensino médio para a gravidade desse problema de saúde pública. Assim a nossa estratégica tem relação direta com o que pensa Certeau sobre as relações de poder estabelecidas no cotidiano<sup>3</sup>.

Sendo assim, esta sempre foi a questão que nos incomodou em sala de aula: como tornar as aulas de sociologia mais atrativas para os alunos do ensino médio? Como discutir um assunto tão delicado e temporâneo com os alunos na escola? Nossa estratégia foi trabalhar com a literatura, trazer a ficção para o campo da sociologia, buscando, tal como indica Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fortalecer “valores sociais, tais como a *solidariedade*, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais” (BRASIL, 2018, p. 354, grifo nosso). Esperamos assim que inculcando esses valores nos alunos possamos prevenir o alto número de mortes voluntárias entre os jovens.

### 1.1 Delimitando o campo investigativo: o suicídio em questão

O suicídio é um óbito voluntário, uma ação de induzir a própria morte. O termo tem origem no latim, na junção das palavras *sui* (si mesmo) e *caederes* (ação de matar), ou seja, é um ato que consiste em pôr fim intencionalmente à própria vida (SUICÍDIO, 2020). Essa expressão foi utilizada em 1734 por Desfontaines, e substitui a expressão, até então utilizada, “morte de si mesmo” (WERLANG, 2000, p.39). O suicídio é assim um grave problema de saúde pública que envolve questões socioculturais, históricas, psicossociais e ambientais. Permanece tipicamente como um fenômeno complexo, de características variadas e de múltiplas determinações, afetando indivíduos de diferentes classes sociais, idade, raça e credo, em diferentes sociedades e culturas.

Ao discutir sobre o fenômeno do suicídio, o filósofo Albert Camus (2018) em *O mito de Sísifo*, afirma: “Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio”, lançando assim uma crítica à filosofia, julgando ser incapaz de responder

---

<sup>3</sup> Para Certeau (1999, p. 46) estratégia é “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir de um momento que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”.

tal questão essencial e existencial, se a vida vale ou não ser vivida. Para o autor “o único papel verdadeiro do homem, nascido num mundo absurdo, é ter consciência da sua vida, da sua revolta, da sua liberdade” (CAMUS, 2018, p.9-10).

Diferentemente da psicologia, para a sociologia o que interessa são os aspectos sociais que levaram o indivíduo a cometer suicídio. Durkheim (2000) aborda o suicídio como um fato social, coercitivo a partir de influências externas. O qual considera que em toda sociedade há mortes voluntárias, que se caracteriza por “todo caso de morte que resulta direto ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que sabia que produziria esse resultado” (2000, p.14). Uma ação individual que acarrete na perda de vínculos com a estrutura social, poderá fornecer condições para que se desvincule socialmente, abrindo a possibilidade para o suicídio. Quando o indivíduo passa por certas situações sociais, tais situações sociais irão se revelar em seus atos. Não é, portanto, o ato individual que cria uma lógica suicida, mas sim o meio social que gera um contingente de pessoas suicidas. São as relações sociais que determinarão se a sociedade irá proteger a pessoa com tendência suicida, ou, ao contrário disso, vai impulsionar esse fenômeno social.

Ao refletir sobre as ligações entre a sociedade e o comportamento suicida, notamos que, cada sociedade, em diferentes momentos da sua história, comporta-se de uma forma em relação ao suicídio. Tais comportamentos variam de cultura para cultura, indo desde a admiração à hostilidade. Na maioria das vezes, é mal visto, inaceitável, repudiado, classificado como um ato irracional de reprovação social. Em um estudo realizado pelo historiador George Minois (2018) sobre a morte voluntária em suas perspectivas históricas na sociedade ocidental, é afirmado que o suicídio está presente desde a mais remota antiguidade.

Na Grécia Antiga, o suicídio era visto como crime, infração às leis da polis; quando ocorria sem o consentimento do Estado, caracterizava-se como um atentado à estrutura da comunidade; ele também era colocado como forma de punição. Um exemplo disso ocorreu com o filósofo Sócrates, em 399 a.C., que foi condenado a se suicidar tomando veneno. Em Roma, o ato variava dependendo de quem se tratava: aos homens livres que tinham direitos próprios, era aceitável; já aos escravos, era condenável, ia contra a autoridade do senhorio, tendo em vista

que isto seria um atentado contra o patrimônio do senhor que levaria prejuízo com a morte de seu escravo.

Já na Idade Média cristã, o suicídio foi associado ao mais abominável dos crimes, totalmente condenável e reprimido, pois ia contra as leis divinas, já que Deus criou o homem, deu a sua vida a ele, e, portanto, só depende de Deus tirá-la. A vida passa a ser considerada como um dom divino e o suicídio como um pecado. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino definiram a posição da Igreja, vendo o suicídio como algo contrário aos bons costumes, moralmente mau, sendo uma transgressão do quinto mandamento (“não matarás”). A Igreja recusava aos suicidas os ritos funerais e enterros, condenavam o cadáver e confiscaram os bens. Normas proibindo suicídio têm sido encontradas no catolicismo, protestantismo, judaísmo e islamismo.

Posteriormente à Revolução Francesa, o suicídio passa a oscilar entre a liberdade, a conduta moral e religiosa, um desafio aos valores tradicionais, visto tanto como um problema social como de saúde pública. Com objetivo de ratificar a responsabilidade do indivíduo, o suicídio passa a ser associado a fragilidade mental, “transforma o ‘criminoso’ em vítima de sua psicologia cerebral e da organização política e social” (MINOIS, 2018, p. 376). A Europa, a partir do século XIII, apresenta-se mais tolerante mostrando que “a sociedade deve se preocupar em prevenir as causas do suicídio, não em punir o ato” (BRISSOT, 1781 *apud* MINOIS, 2018, p.369). A descriminalização está em curso em toda parte, as condenações passam a ser contingentes, o confisco de bens e execução de cadáver são abolidos gradualmente.

Nos séculos XIX e XX, as sociedades serão um pouco mais liberais, e o silêncio do Estado e da igreja contribuirá para tornar o “assassinado de si mesmo”, um dos maiores tabus do nosso tempo, impedindo que se discuta abertamente sobre tendências suicidas, dificultando a prevenção desse fenômeno social e a conscientização da população, sobretudo dos mais jovens. De acordo com Bodega (2015), na sociedade contemporânea, apenas alguns países, que adotam rigorosamente o conjunto de leis islâmicas, punem as tentativas de suicídios com multas ou períodos de encarceramento.

No Brasil, o suicídio não é visto como crime: a autolesão não é punível. O Código Penal Brasileiro condena tal ato, quando o mesmo é induzido ou auxiliado

por outra pessoa. Esse ato deve ser produzido pelo próprio sujeito, quando ele tem consciências de sua ação e das consequências que ele trará, como é previsto no Art. 122 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40<sup>4</sup>. Todavia, a opinião pública apresenta-se contrária ao suicídio. Como o suicídio é considerado um flagelo social, medidas são tomadas por órgãos governamentais e não governamentais para evitá-lo, ou seja: proteger a vida humana. São criadas estratégias de prevenção e combate ao suicídio, serviços de assistência como Centros de Apoio Psicossocial (CAPS), uma iniciativa do SUS, e o Centro de Valorização da Vida (CVV), que através do telefone 188, fornece ligação gratuita para serviços de apoio emocional. Desenvolvem projetos e campanhas, entre as quais se destaca setembro amarelo, mês de prevenção ao suicídio, estabelecido pela Associação Internacional de Prevenção do Suicídio (IASP) que divulga, em parceria com a Organização mundial de Saúde (OMS) dados epidemiológicos e material didático. Minois (2018, p. 3-4) alega que isso se trata “de uma reação defensiva de uma sociedade que se sente ameaçada em sua própria existência”. Nesse sentido, “a humanidade existe porque, até o momento, o homem encontrou motivos suficientes para permanecer vivo”.

No entanto, o problema não está apenas no ato consumado, mas, no modo que a sociedade trata esse problema social, isso porque, de acordo com Minois (2018, p.4): “O suicídio é considerado ao mesmo tempo uma ofensa a Deus, que nos deu a vida, e à sociedade, que provê o bem-estar de seus membros”. Fazendo menção a São Tomás de Aquino, Minois (2018, p.116) afirma que: “O suicídio prejudica o Estado e a sociedade, pois lhe retira um membro útil”.

Karl Marx (2006), que escreveu um livro sobre o suicídio, diz que o suicídio caracteriza-se, sobretudo, como um sintoma de uma sociedade doente,

---

<sup>4</sup> Acerca do aludido crime, Cleber Masson (2018, p. 93) terço as seguintes considerações: “No Brasil, a conduta suicida não é criminosa. Nem poderia sê-la, pois, como corolário do princípio da alteridade, o Direito Penal só está autorizado a punir comportamentos que transcendem a figura do seu autor. Não são puníveis as condutas que se lesionam ou expõe a perigo bens jurídicos pertencentes exclusivamente a quem a praticou. Ainda que assim não fosse, o Estado não poderia punir o suicida, pois com a sua morte estaria extinta a punibilidade, nos termos do art. 107, inciso I do Código Penal. Por último, na hipótese de sobrevivência da pessoa que buscou destruir sua própria vida, o legislador não tipificou essa conduta por questões humanitárias. Quem tentou suicidar-se não merece castigo, mas sim tratamento, amparo e proteção. A imposição da pena traria ainda mais prejuízo àquele que considera sua vida como bem de pouca ou nenhuma importância”. Observa-se, portanto, que o ato de uma pessoa atentar contra a própria vida é irrelevante para o Direito Penal, não havendo nenhuma consequência no âmbito criminal para quem adota uma conduta suicida, diferentemente da pessoa que induz ou instiga ou presta auxílio para alguém suicidar-se, que nos termos do supracitado artigo 122 do Código Penal, comete um crime e está suscetível a submeter-se às penas previstas em lei.

causado conseqüentemente pelos males da sociedade burguesa moderna, baixos salários, desemprego e miséria; no entanto, tal fenômeno não somente deriva da exploração econômica, mas inclui múltiplos aspectos opressivos que ferem indivíduos de diferentes origens sociais<sup>5</sup>.

Durkheim (2010) apontou que a frequência de suicídios é inversamente proporcional ao grau de interação social. Os indivíduos em um agrupamento estruturado se protegem através dos laços que criam: a corporação, a família e a comunidade podem resguardá-lo de consumir um ato que destrua sua vida. Todavia, a instabilidade dessas relações o conduzirá ao suicídio.

Os indivíduos que possuem poucos vínculos sociais, que perdem esses elos e que são atingidos fortemente por problemas sociais, econômicos, pessoais, familiares e amorosos, são indivíduos que tendem a cometer um ato suicida. Na ausência de esperança, ao buscarem solucionar uma determinada situação-problema, acabam agindo compulsivamente, optando por tirar a própria vida, demonstrando certa incapacidade de lidar com os problemas da vida, pois acreditam encontrar na morte a única solução para tais problemas. Cabe, portanto, à sociologia analisar esse fenômeno social e os fatores objetivos e subjetivos que agem sobre o indivíduo.

Apesar disso, os indicadores de óbitos por suicídio apresentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no relatório *Suicídio no mundo-Estimativas Globais da Saúde* (2019), demonstram que o suicídio é um grave problema de saúde pública mundial e está entre as vinte principais causas de morte no mundo. De acordo com a folha informativa da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), cerca de 800 mil pessoas se suicidam no mundo anualmente; e, para cada

---

<sup>5</sup> Karl Marx (2006) publicou, em 1846, *Sobre o suicídio*, em coautoria com Jacques Peuchet, um diretor dos arquivos da polícia. Para o sociólogo o suicídio não se limita a causas meramente psicológicas, tampouco está condicionado unicamente por fatos sociais exteriores ao indivíduo. É um fenômeno cuja manifestação é recorrente de uma sociedade em estado debilitado, que carece de transformação. Ressalta, ainda, que os números de casos divulgados periodicamente são sintomas evidentes da desorganização social e podem assumir um caráter epidêmico, pois crescem em conformidade as crises que a sociedade enfrenta. Assim para Marx (2006, p.16) a sociedade burguesa: “[...] é um deserto, habitado por bestas selvagens. Cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo é ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio”.

suicídio, há muito mais pessoas que tentam cometê-lo a cada ano<sup>6</sup>. A tentativa prévia é o fator de risco mais importante para o suicídio na população em geral. Segundo a OMS, 79% dos suicídios no mundo ocorrem em países de baixa e média renda. O suicídio é a segunda principal causa de morte entre jovens com idade entre 15 e 29 anos (OPAS/OMS Brasil, 2018).

Dos dados coletados pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, no Brasil, entre 2007 a 2016, “foram registradas 106.374 óbitos por suicídio. Em 2016, a taxa chegou a 5,8 por 100 mil habitantes, com a notificação de 11.433 mortes por essa causa. A média nacional é 5,5 por 100 mil cidadãos” (BRASIL, 2018).

O *Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil*, divulgado pela OMS, que tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico das pessoas que fizeram uso desse meio, tanto nas tentativas quanto nos óbitos, apresenta dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no período de 2007 a 2017. Nele foram registrados 470.913 casos de intoxicação exógena, sendo 220.045 (46,7%) caracterizadas como tentativas de suicídio, das quais 153.745 (69,9%) do sexo feminino, e, 66.275 (30,1%) do sexo masculino. Em ambos os sexos, as notificações de tentativas estão concentradas na população de 15 a 59 anos. De acordo com a *Lista Básica de Tabulação da Classificação Internacional de Doenças*, CID-BR-9, adaptada à realidade brasileira pela Secretaria de Vigilância em Saúde, o suicídio faz parte do conjunto de Códigos Internacionais de Doenças, reconhecido como CID-10, identificado como: categoria X60-X84 como lesões autoprovocadas voluntariamente.

No estado do Maranhão, os indicadores apresentados através do *Boletim Social do Maranhão*, publicado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), revelam que o suicídio é a quarta maior causa de mortes no estado: entre 2011 e 2017, foram registrados 1.982 óbitos por suicídio. Na cidade de Bacabal, no Maranhão, em um levantamento elaborado pelo

---

<sup>6</sup> Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, apenas 60 Estados membros possuem registros vitais de boa qualidade que podem ser usados diretamente para estimar taxas de suicídio. A qualidade e disponibilidade dos dados são baixas, isso porque nem sempre são catalogados o registro vital do suicídio, inquéritos hospitalares de iniciativas e informações das tentativas de suicídio auto relatadas, o que dificulta o monitoramento e validação do problema.



Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), através do TABNET, informa o registro de 104 óbitos por suicídio entre anos de 1996 a 2018.

Apesar dos avanços obtidos com as campanhas de prevenção social, o número de suicídios tem alcançado índices alarmantes, especialmente agora na pandemia do novo coronavírus<sup>7</sup>. Ainda assim, esses números não representam o total de suicídios existentes: os dados indicam as tendências, pois as estatísticas continuam escassas. Ademais, o Ministério da Saúde reconhece que ainda há subnotificação e omissão de ocorrências. O número de casos de suicídio se encontra camuflado entre registros de homicídios, acidentes e outras causas de morte. De qualquer forma, os registros oficiais já permitem afirmar a gravidade desse fenômeno, que transcende a categoria de tragédia pessoal.

Em decorrência da criminalização e negação, o suicídio foi escondido e reprimido por muito tempo. Atualmente, trata-se de um tema que carrega um grande tabu na sociedade. Devido ao estigma em torno do suicídio, há, com frequência, receio de relatar casos. Suicídios ocorrem no ritmo dos sofrimentos e frustrações dos indivíduos, recordá-los pode ser doloroso, principalmente para os que conviveram com um suicida.

A dificuldade em abordar essa temática na escola fez com que buscássemos debatê-la por meio da arte, da poíesis. Não procurando romantizá-la, mas sim planejando iniciar o debate através da literatura, da peça *Romeu e Julieta*, questionando os motivos que levaram o jovem casal ao suicídio, pensando, por intermédio das categorias durkheimianas, introduzidas aos poucos na discussão com os jovens, por que esse ambiente foi propício a trágico desfecho. Fazemos isso, porque não dá mais para ocultar esse problema de saúde, que tem ceifado a vida de milhares pessoas no Brasil e no mundo. Em outras palavras, queremos dizer que uma conjunção de arte e ciência torna-se um instrumento poderoso nas mãos dos professores de sociologia, sobretudo para o debate de temas que são considerados espinhosos. Indicamos então a literatura contra o que resta de positivismo na metodologia dos professores de sociologia, que a classificam como coisa de

---

<sup>7</sup> De acordo com a *Organização Pan-Americana da Saúde*, a pandemia tem afetado o bem-estar mental da sociedade que neste momento sofre com o afastamento ou perda de familiares e amigos por conta da disseminação do vírus (OPAS, 2020).

somenos importância, deixando então de aproveitar a potência do diálogo entre arte e ciência social.

## 1.2 Percursos metodológicos: sociologia e literatura

Em 1600, William Shakespeare elabora, em *Hamlet*, um dilema que ressoa até os dias de hoje, a pergunta fundamental: “Ser ou não ser? Eis a questão”. Tal indagação servirá de guia para construção desse trabalho, entender o porquê em uma determinada época e circunstâncias indivíduos escolheram não mais ser. De que maneira o meio externo atua sobre o indivíduo suicida? Como a sociedade previne o suicídio? E, como é retratado pela obra literária? Essa análise sociológica permite apresentar como essas atitudes afetam, ao mesmo tempo, o indivíduo e a sociedade. E, como tais conjunturas revelam o nível de integração social que o indivíduo compõe em suas relações sociais, da forma que previnem ou impulsionam o suicídio.

Refletimos assim sobre o modo como a morte voluntária é representada na literatura, os aspectos sociais apresentados no enredo da ficção, e a importância simbólica do suicídio na tragédia shakespeariana em analogia à repercussão da figura romântica dos jovens suicidas.

Esta pesquisa não busca identificar os fatores que provocam o suicídio, pois eles são múltiplos, tampouco identificar uma “receita” para detectar seguramente quando uma pessoa está vivenciando uma crise suicida e prescrever os passos para prevenção, tarefa essa que exige estratégias multissetoriais, conhecimento aprofundado e especializado. Procuramos analisar a obra *Romeu e Julieta*, identificando os aspectos sociais que levaram os personagens a cometerem o ato. E, a partir daí, realizar uma discussão sociológica sobre o suicídio, ao refletir sobre as atitudes do ser humano frente aos conflitos da vida, que podem levá-lo a caminhos distintos, seja para o amor, ou até mesmo para a morte. Compreender então o que impulsionou Romeu e Julieta a cometerem suicídio, e se esse

comportamento corresponde à realidade, exprimindo como a literatura atua e pode ser utilizada como fonte para o estudo da sociedade.

Diante de tais razões metodológicas, é importante salientarmos que não se pode estudar os suicídios tal como fazem em relação às mortes provocadas por epidemias ou doenças, pois “a morte voluntária é um tipo de óbito cujo significado não é de ordem demográfica, mas filosófica, religiosa, moral e cultural” (MINOIS, 2018, p. 2).

Portanto, propomos problematizar o fenômeno do suicídio a partir de fontes literárias. A literatura nos coloca no momento da leitura, frente a uma ficção, ao mundo alternativo que não é real, mas similar. Os livros exprimem os sonhos, as aspirações e os temores, refletem os sentimentos de uma camada da sociedade. Os autores delineiam os conflitos de sua época, apresentam casos e situações de conflito de valores e expressam visões de mundo que, como defende Goldmann (1967 *apud* FACINA, 2004), são concebidas de uma coletividade e não somente um produto da consciência individual do autor.

Embora a literatura não tenha sido aceita como fonte pelos positivistas, ela é, atualmente, considerada um documento sociológico. Desse modo Pierre Bourdieu (1966, p.54-55) diz que a obra literária pode “por vezes dizer mais, inclusivamente sobre o mundo social, do que escritores de pretensões científicas”. A teoria dos campos de Bourdieu é um exemplo de como a ficção pode ser uma fonte de inspiração para a sociologia, visto que tal teoria é inspirada na literatura, especialmente na vida e obra de Gustave Flaubert.

Nesse sentido não podemos mais subestimar a literatura e sua potencialidade. Devemos incentivar o diálogo frequente entre as ciências sociais e a literatura. Devemos fazer então como sugere Robert Escarpit (1969, p. 212-213) em seu livro *Sociologia da literatura*:

A palavra literatura, como todas as outras, pouco significa. O que é preciso é encontrar um novo equilíbrio. [...] Somente um esforço de lucidez nos fará tomar consciência daquele que, em parte sem o sabermos, se cria à nossa volta.

Para isso é preciso desmitificar a literatura, libertá-la dos seus tabus sociais, penetrando no segredo da sua potencialidade. Quando tal suceder será talvez possível reconstruir, não a história da literatura, mas a história dos homens na sociedade, mediante o diálogo dos criadores de palavras, de mitos e de ideias com os seus contemporâneos e a posteridade, o que actualmente nos designamos por literatura.

O autor tinha assim a clara noção da potencialidade da literatura. Agora demonstrava que para isso era preciso desmitificar a literatura, libertá-la dos seus tabus sociais, combater os preconceitos etc. É, portanto, um ganho para as ciências humanas a interlocução com os romancistas e a teoria literária, sobretudo para tratarmos de assuntos complexos do debate público.

No caso do suicídio, a literatura foi acusada, sobretudo por causa do livro *Os sofrimentos do jovem Werther* de Goethe, de sugerir a morte dos jovens. Napoleão Teixeira (1948), que escreveu uma tese sobre o suicídio, acreditava nessa sugestão dos poetas e romancistas<sup>8</sup>. Havia o temor de que, quanto mais se falava de suicídio, mais mortes voluntárias aconteciam. Por causa disso, o assunto virou tabu: até a imprensa evitava informar os leitores sobre os casos de suicídio nas cidades. Mas, com o passar do tempo, as autoridades médicas perceberam que, mesmo com o silêncio da sociedade, a taxa de suicídios continuava crescendo. Revelou-se então a inutilidade do silêncio, e todos agora falam; e assim, passaram a ver a literatura de forma positiva, não mais como inimiga, mas como aliada da prevenção ao suicídio. E nada como as narrativas literárias para contribuir com as ciências para o debate franco com os jovens sobre tal problemática.

Nesse sentido, afirma Djacir Menezes (1970, p.194): “[na literatura] sempre senti o valor do que há de mais sutilmente humano, incapturável através de outros processos de investigação científica”. Porque, conclui Djacir Menezes: “[a

---

<sup>8</sup> A tradição do suicídio por amor é um fundamento do romance cortês. Com frequência, está presente em contos, romances e obras de ficção de todos os gêneros. Em geral, como personagens românticos se matam “por razões nobres”, os suicídios são romantizados. Os leitores admiram essa espécie de suicidas apresentados pelos ficcionistas e fazem verdadeiras discussões, contrapondo argumentos favoráveis e contrários ao ato, os quais variam da admiração à hostilidade. Isso porque a literatura, diferentemente dos demais saberes, conduz o conhecimento de forma livre, versa sobre valores que a sociedade preconiza ou considera prejudicial de forma independente, pode confirmar e negar, apoiar e combater ideologias e experiências, permitindo ao indivíduo viver problemáticas de forma dialética. Cabe ao leitor recepcionar tais problemáticas ou repudiá-las diante do acesso às obras.

Na leitura da obra, o leitor é conduzido a localizar os enlaces históricos e sociais travadas no momento da escrita e no contexto da narrativa, as transformações que os personagens sofrem ao longo da história, que os leva ao suicídio e estabelecem a construção de uma realidade comum, da qual o leitor também pode fazer parte ou identificar-se com o real. O que estimula o interesse e o sentimento de urgência de tratar sobre os problemas e explicar o fenômeno.

Assim a tragédia shakespeariana, rica em detalhes e descrições de suicídios, divide-se entre a condenação e a compaixão diante do feito cometido pelos célebres amantes. A trama narrativa se desenvolve na cidade de Verona, na Itália, em um cenário de disputa entre as rivais famílias Montéquio e Capuleto. A obra não faz apologia ao suicídio, mas é considerada uma grande história de amor, que nos leva a indagar se o suicídio tem, portanto, um valor moral positivo, quando é provocado por motivos nobres, tais como a honra e o amor.

literatura] apanha a vivência na sua flagrância”. Para o autor de *O Outro Nordeste*, existem camadas do mundo social que as ciências humanas não alcançam, por isso a importância da ficção que esmiúça as relações sociais.

Antonio Candido (2017) ressalta a contribuição da literatura para com o estudo da sociedade, evidenciando o vínculo entre a obra e o ambiente, sem esquecer a análise estética do relato literário. É, na literatura, segundo Candido, que temos o mecanismo de conhecimento do indivíduo e do mundo, ao apontar as dimensões sociais da criação literária. Nas obras, os escritores vinculam conteúdos com valores, opiniões e ideias condicionadas à sociedade. O autor, embora busque dissociar-se de perspectivas sociais e ideológicas, é filho de seu tempo; ainda que sua obra transcenda o seu tempo, ela faz parte de uma dinâmica social que permite ser analisada racionalmente. O escritor é um sujeito integrante de uma sociedade, portanto, constrói sua escrita ficcional em um âmbito social, que o influencia e pode ser influenciada pelo meio em que vive. As temáticas das obras repousam sobre o contexto social da época. Nas palavras de Candido (2006, p. 40): “Mesmo quando pensamos ser nós mesmos, somos públicos, pertencemos a uma massa cujas reações obedecem a condicionantes do momento e do meio”.

Assim, a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Ela assegura o equilíbrio psíquico social, pois estamos constantemente em contato com alguma espécie de fabulação; ela está vinculada a algo da realidade, pois sempre aponta algum valor sobre a sociedade e representa simbolicamente os estigmas da sociedade. Assim podemos distinguir nela três faces:

(1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significados; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconstante (CANDIDO, 2017, p. 178-179).

Assim, ao buscar questões sociológicas nos estudos literários, notamos que o assunto exposto pela obra está relacionado às condições sociais do contexto em que se desenvolve a trama. A literatura vincula, pois, o enredo ao contexto em que é publicada. Não se restringe a tratar da realidade e de fatos da sociedade tal como são, pois trata-se de uma ficção que versa sobre essa dialética do que é convencional, de modo que transpõe, substitui ou altera a temática livremente, mas

representa diversas conjunturas que as permeiam, evidenciando o vínculo entre o texto e o contexto. Candido (2006, p. 15) aponta essa modalidade como: “estudos que procuram verificar a medida em que as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos”.

Investigando o texto e o contexto de *Romeu e Julieta*, percebemos que o duplo suicídio do casal deriva de causas sociais. Numa época que o poder público tem sérios limites, multiplicam-se os mandões locais e, por conseguinte, as contendas entre eles: é nesse cenário que surge a inimizade entre as famílias de Romeu e Julieta. No decorrer da história o amor que era difícil de materializar-se, tornou-se impossível por causa de um casamento arranjado (prática comum na época) para Julieta. Fingindo estar morta para fugir desse casamento, Julieta sem querer leva Romeu à morte, e, depois, vendo que Romeu está morto, ela se mata de verdade. Eles se matam por amor; mas, se tivessem condições de concretizá-lo, ou seja, se não houvesse o ódio entre as duas famílias, os jovens não teriam cometido o suicídio. De uma questão que possa parecer subjetiva, individual, temos o elemento social dividindo os jovens. A riqueza de situações que traz a tragédia de Shakespeare possibilita ao professor discutir com os alunos o suicídio sob a ótica sociológica. É como dizia Roger Bastide no *Diário de São Paulo*, em 8 de fevereiro de 1946: “A proposito da poesia como método sociológico”. Uma espécie de concepção poética da realidade. Uma estética cognitiva.

### **1.3 A dinâmica expositiva na construção da monografia**

No tocante à estruturação da monografia, decidimos dividi-la em três capítulos. O primeiro capítulo seria o da introdução, como de praxe.

No segundo capítulo, trazemos os principais pontos diagnosticados por Émile Durkheim sobre o suicídio. Os aspectos sociais que mais influenciam e condicionam o comportamento suicida, e como podem estar associados ao nível de integração do indivíduo ao meio. Reconhecendo as três categorias de suicídio criadas pelo sociólogo francês.

No terceiro capítulo, analisamos a obra *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare. Vamos discorrer sobre a trajetória do autor, os dados biográficos de

sua obra, para interpretar e assimilar a posição e função social do escritor da obra. Além disso, é examinado o corpo narrativo da obra, o contexto histórico, as condições sociais integrantes no enredo e os conflitos vivenciados pelos personagens que precedem o suicídio. Ademais, refletimos sobre o suicídio como um fenômeno social em decorrência dos efeitos desagregadores da Guerra Civil em Verona. São traçados os conflitos civis entre as duas famílias rivais da Itália Renascentista, na tentativa de delimitar as causas da morte de Romeu e Julieta. Investigando qual o impulsor que determinou o autocídio dos personagens. E assim, fazemos o diálogo entre a tragédia de Shakespeare e as categorias sociológicas de Durkheim.

## 2 O SUICÍDIO SOB A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DE DURKHEIM

Em 1897, Émile Durkheim publicou *O suicídio: um estudo sociológico*. O intuito do sociólogo era provar a evidência da ação coletiva sobre o indivíduo. Revelar que há uma determinação social, externa ao indivíduo, sobre o comportamento humano, “mesmo naquele que é o mais privado ato do indivíduo há a presença da sociedade a que pertence” (CARDIM *apud* DURKHEIM, 2000, p.13). Esse ensaio possibilitou a aplicação sociológica da teoria durkheimiana sobre os fatos sociais. O suicídio, um objeto eminentemente da psicologia, um fenômeno até então considerado um ato individual, consumado por desespero, por tendência biológica (hereditariedade), por uma debilidade psíquica (psicopatologia) ou até mesmo por uma possessão maligna, adquire perspectivas sociológicas por compor elementos e influências coletivas. Assim para Durkheim (2000, p. 165):

Existe para cada grupo social uma tendência específica ao suicídio que não é explicada nem pela contribuição orgânica-psíquica dos indivíduos nem pela natureza do meio físico [...] ela deve depender necessariamente de causas sociais e constituir por si mesmo um fenômeno coletivo.

Conforme Durkheim (2000), o suicídio é um fato social, um elemento que constitui a realidade e possui características exteriores, coercitivas ao indivíduo e gerais, podendo atingir todas as camadas sociais. E, por isso, pode ser estudado com objetividade pelas ciências sociais. Com intuito de provar que o suicídio poderia ser estudado de forma sociológica, busca refutar as teorias que pretendem explicar o suicídio por ângulos psicológicos, hereditários, climáticos e geográficos e “conclui que tais explicações pouco ou quase nada contribuí para o entendimento do fenômeno do suicídio” (CARDIM *apud* DURKHEIM, 2000, p.15). Assim:

Em vez de enxergá-los apenas como acontecimento particulares, isolados uns dos outros e cada um exigindo um exame à parte, consideramos o conjunto dos suicídios cometidos numa determinada unidade de tempo, constataremos que o total assim obtido não é a simples soma de unidades independentes, uma coleção, mas que constitui por si mesmo um fato que é novo e *sui generis*, que tem sua unidade e sua individualidade, por conseguinte sua natureza própria, e que, além do mais, essa natureza é eminentemente social (DURKHEIM, 2000, p. 17).

Para o sociólogo francês o suicídio é retirado de um âmbito individual e é ligado a um âmbito coletivo; nossa consciência individual é formada por uma



consciência coletiva que orienta a conduta e nos coage a agir de determinadas maneiras, atuando sobre o indivíduo de forma independente, constituindo-se como um fenômeno que permeia a sociedade. Assim o suicídio está relacionado a fatores sociais chamados de correntes suicidógenas. Há constância de suicídios em toda a história da humanidade, ou seja, é um fenômeno presente em todas as sociedades, mas que também está subordinada a alguns fatores, que variam de acordo com o espaço-tempo:

Cada sociedade tem, portanto, em cada momento de sua história, uma disposição definida para o suicídio. Mede-se a intensidade relativa dessa disposição tomando a razão entre o número total global de morte voluntários e a população de todas as cidades e de ambos os sexos. Chamamos esse dado numérico de taxa de mortalidade-suicídio próprio a sociedade considerada. Ele é calculado, geralmente, com relação a um milhão de habitantes ou cem mil. (DURKHEIM, 2000, p. 19-20)

Para fundamentar os dados apresentados conceitualmente, Durkheim (2000) examinou diferentes segmentos que se relacionam com os indivíduos, forças que atuam e condicionam as ações tornando-se determinantes para o comportamento suicida. Para estabelecer proporções inerentes às causas, ele ressaltou (2000, p. 23-24) determinados contextos e variáveis na coleta de dados: “A taxa de suicídios constitui, portanto, uma ordem de fatos única e determinada; é o que demonstram, ao mesmo tempo, a sua permanência e sua variabilidade”.

Para isso foram agrupados casos particulares, mas que apresentam traços comuns, para estabelecer uma tendência que quantifique a aptidão ao suicídio, quais indivíduos estão mais propensos a atentar contra a própria vida e em que circunstâncias sociais e mesológicas estão inseridos. A sociedade fornece determinados aspectos variáveis ou invariáveis em determinado período de tempo de mortes voluntárias: “São as causas por cujo intermédio é possível agir, não sobre os indivíduos isoladamente, mas sobre o grupo. [...] A taxa de suicídio de um produto desses fatores”. (DURKHEIM, 2000, p.25)

Na iminência de taxar indicadores para as tendências suicidas, analisa a frequência de casos em um dado grupo, segundo semelhanças e diferenças, que possuem funções sociais fundamentais, constituídas na estrutura social, variando de acordo com o nível de integração e coesão social, impulsionadas por forças coercitivas como: a família, estado, religião e o grupo profissional dos quais o suicida

tem relação comum ou diferente, nas dimensões de variáveis comparadas. E, na introdução de *O suicídio*, ele ressalta a importância do método comparativo na pesquisa social, afirmando que a sociologia comparativa não é um ramo específico da sociologia, mas sim a própria sociologia. Assim:

Uma investigação científica [...] só poderá chegar a seu fim se referir a fatos comparáveis, e terá tanto maior possibilidade de êxito quanto maior for a certeza de que reuniu todos os que pudessem ser eficazmente comparados (DURKHEIM, 2000, p. 10).

O sociólogo francês identifica então a constância de suicídio nas principais regiões da Europa. Prescreve que “ao longo dos três períodos comparados, o suicídio aumentou em toda parte; mas, nesse avanço, os diversos povos conservaram suas respectivas distâncias, cada um tem uma coeficiência de aceleração” (DURKHEIM, 2000, p. 23). Cada grupo com uma predisposição característica que promove classificá-lo racionalmente. “O que esses dados estatísticos expressam é a tendência ao suicídio pela qual cada sociedade é coletivamente afligida” (DURKHEIM, 2000, p. 24). Durkheim examina as causas ponderando faixa etária, sexo, estado civil. Compara os dados coletados, procurando saber qual era, dentro de cada classe, o índice médio de casos.

Para realizar essa pesquisa dispõem de cartas deixadas pelos suicidas na França, mas avalia que “as confidências que o próprio sujeito nos faz sobre seu estado são, na maioria das vezes, insuficientes, quando não suspeitas” (DURKHEIM, 2000, p. 167). De acordo com Durkheim (2000), as informações deixadas nas cartas descrevem os efeitos que as causas repercutem no indivíduo, como foram recepcionadas por ele. Servem, portanto para constatar o fenômeno, mas possuem informações incompletas. “Se quisermos saber de que confluências diversas resulta o suicídio considerado como fenômeno coletivo, é sob sua forma coletiva, isto é, através dos dados estatísticos que devemos abordá-lo” (DURKHEIM, 2000, p.169). Para compor uma classificação etiológica busca identificar as causas que os produzem, examinando as condições sociais do indivíduo segundo suas semelhanças e diferenças. Para estabelecer a taxa social de suicídios e a função dos quais ela varia, são necessários dados quantitativos. A fim de compreender como essas causas gerais produzem o suicídio.

Através das estatísticas, Durkheim (2000) concebe o que denominou de “coeficiente de preservação”. Através dos dados coletados em alguns países europeus como França, Prússia, Inglaterra, entre outros. O autor afirma que "para uma mesma sociedade, desde que a observação se restrinja a um período não muito extenso, essa cifra é quase invariável" (DURKHEIM, 1982, p.18). Ao analisar em que se difere ou se assemelha os indicadores nas taxas de suicídio, constata que, entre os anos de 1841 e 1872, os homens cometem mais suicídios do que as mulheres. Essa distinção não se trata de um fator biológico, refere-se às demarcações socialmente impostas entre os sexos. O dever de chefiar a família e dar direcionamentos aos conflitos econômicos, bem como o excessivo consumo de álcool representam sobrecarga aos homens. Entre as mulheres, um fator determinante está ligado à falta de autonomia sobre a vida sexual, reprodutiva e ao casamento precoce, quando elas são subordinadas a padrões conservadores de gênero. Em ambos os sexos, existe a presença de normas de gênero socialmente atribuídas que ferem o indivíduo e provocam a autolesão.

Em relação aos aspectos matrimoniais, se analisados os números absolutos, os solteiros se suicidam menos que os casados, isso porque, no século XIX, um número grande de solteiros tem menos de 16 anos, portanto, “não é por não serem casados, mas porque muitos ainda não saíram da infância” (DURKHEIM, 2000, p. 206). Se comparados os índices, levando em consideração o estado civil dos homens acima dos 16 anos, a proporção é maior entre os solteiros. “Pode-se dizer, por conseguinte, que o estado de casamento diminui em cerca de metade o perigo do suicídio” (DURKHEIM, 2000, p. 208). Se o casal tem filhos, a tendência é cada vez menor, “à medida que os suicídios diminuem, a densidade familiar aumenta regularmente” (DURKHEIM, 2000, p. 244). No entanto, “os casamentos demasiado precoces têm uma influência agravante sobre o suicídio” (DURKHEIM, 2000, p. 214). Isso porque, apesar da vida em família reduzir a propensão ao suicídio e o círculo afetivo dos indivíduos incrementar a capacidade de enfrentar eventos críticos, a união imatura revela uma falha no desenvolvimento da capacidade de manutenção e promoção de relações de suporte social, devida à curta permanência na sociedade familiar dos pais.

De acordo com Durkheim (2000, p. 219), a associação familiar “reúne certas qualidades de saúde, de fortuna e de moralidade” que corroboram de maneira

“bastante provável que os indivíduos casados tenham, em geral, uma constituição física e moral melhor que os solteiros”. Isso explica a propensão dos solteiros ao suicídio, especialmente quando se compara com o número relativo aos casados, que são cada vez menores no século XIX. As altas taxas de suicídio entre os solteiros ocorrem devido à ausência de uma instituição regulamentadora e afetiva fundada no matrimônio. Quanto à preponderância da viuvez sobre o suicídio, os dados demonstram que os viúvos são os que mais cometem suicídios. A morte do cônjuge resulta no rompimento do vínculo conjugal e produz uma desorganização da estrutura da sociedade familiar. A sua conclusão é que essa influência se deve ao meio doméstico, não ao cônjuge. É a desintegração do núcleo afetivo da estrutura familiar como um todo e o fortalecimento dessa relação que interferem no suicídio.

Durkheim trata ainda de outros aspectos relacionados à faixa etária. Assim, diz que “o suicídio é extremamente raro entre as crianças” (p. 95). É só na velhice que o suicídio encontra o seu apogeu. Isso porque “a sociedade ainda está ausente da criança, que ela não teve tempo de formar sua imagem; começa a retirar-se do velho ou, o que dá na mesma, ele se retira da sociedade” (p. 266). Então, idosos estão mais propensos à desintegração social pois, como pondera Durkheim (2000, p. 264) sobre a terceira idade: “se não vale a pena viver a vida, tudo se torna pretexto para desvencilhar-se dela”. Essa vulnerabilidade marca essa faixa etária devido às condições de isolamento social, o acúmulo de perdas afetivas ao longo da vida e o surgimento de doenças crônicas e degenerativas<sup>9</sup>.

Durkheim (2000) também comparou o índice de suicídios dos trabalhadores rurais (agrícolas) com o dos trabalhadores dos grandes centros urbanos (profissões liberais). Notou que o suicídio é mais frequente nas classes mais altas da sociedade, portanto, com o advento do capitalismo, as novas formas de trabalho despertam o aumento do individualismo e conseqüentemente a degeneração familiar. O trabalho rural mantém relações fortemente integradas,

---

<sup>9</sup> Como diz Norbert Elias (2001), em *A solidão dos moribundos*, os que envelhecem são, de maneira corriqueira, expostos aos perigos do isolamento. São gradativamente afastados do ciclo social, que outrora faziam parte; perdem o suporte familiar e tornam-se mais passíveis de adquirir comorbidades múltiplas, o que aumenta os riscos de morte autoinfligida. Nas sociedades industrializadas, a admissão dos idosos em asilos “significa não só a ruptura definitiva dos velhos laços afetivos, mas também a vida comunitária com pessoas com quem o idoso nunca teve relações afetivas” (ELIAS, 2001, p.85). Essa situação pode ser constatada nos dias de hoje, no Brasil, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, divulgados em 2017, apontam alta taxa de suicídio entre idosos com mais de 70 anos. Foram registradas média de 8,9 mortes por 100 mil habitantes (BRASIL, 2017).

enquanto as profissões liberais constituem independência pessoal, cujo isolamento é crescente, desfazendo os vínculos que fomentam a coesão social.

Examinando os dados referentes ao suicídio entre pessoas de diferentes religiões, Durkheim (2000) constatou que, nos países com maior número de católicos, a taxa de suicídio era menor do que nos países em que os protestantes eram a maioria. Quanto aos judeus, a disposição é sempre inferior à das outras religiões. Embora as religiões citadas condenem igualmente o suicídio, essa frequência se dá através da integração ao meio. Os protestantes seriam então mais “livres ao exame” das escrituras e isso abalaria as crenças tradicionais, pois abriria espaço para as indagações e sortidas interpretações da bíblia, desintegrando facilmente a confissão religiosa. Como o catolicismo possui fator de integração elevado, o sistema hierárquico de autoridades é organizado e indiscutível, portanto, os seus membros permanecem mais estáveis. Quanto ao judaísmo, a reprovação cristã fortaleceu os laços de solidariedade do corpo social: “cada comunidade tornou-se uma pequena sociedade, compacta e coerente, que tinha um sentimento muito vivo de si mesmo e de sua unidade” (DURKHEIM, 2000, p.188).

Outra conclusão dessa parte é sobre as ciências. Durkheim associa o progresso do suicídio ao avanço da ciência. Ela não é o fator determinante, mas o florescimento de ideias confronta determinados hábitos e costumes, isto é: a instrução diminui o poder das crenças tradicionais, expandindo assim o individualismo. Durkheim (2020, p.202) faz essa analogia para explicar que “a religião exerce uma ação profilática sobre o suicídio”, e que a influência preventiva não está agregada com a interdição ou com a promessa de salvação e fim dos sofrimentos terrenos. Nas palavras de Durkheim (p. 203): “A bíblia, com efeito, não contém nenhuma disposição que proíba o homem de se matar”. E assim continua:

Portanto, não é a natureza especial das concepções religiosas que se deve a influência benéfica da religião. Se ela protege o homem contra o desejo de se destruir, não é por lhe pregar, com argumentos *sui generis*, o respeito por sua pessoa; é por ela ser uma sociedade (DURKHEIM, 2020, p.203).

Então, o discurso religioso não afasta o desejo de aniquilamento pessoal, mas o elo social que os membros dessa comunidade criam uns com os outros, situações coletivas que integram e transmitem sensação de acolhimento. Para Durkheim o que sobrevém tanto para os protestantes quanto para a ciência é que,

quando uma nova doutrina rompe com antigos paradigmas para abrir espaços para outros, tal rompimento torna mais tênue a coesão do grupo. Nas palavras de Durkheim (2000, p. 258):

Esse paralelo demonstra que, se essas diferentes sociedades [a ciência e a religião] têm sobre o suicídio uma influência moderadora, não é em consequência de características particulares a cada uma, mas em virtude de uma causa comum a todas elas.

Depois dessas reflexões acerca dos dados relativos ao suicídio, Durkheim (2020, p. 258) chega a esta conclusão: “O suicídio varia em razão inversa ao grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte”. Em sua teoria, onde há vida humana, existe essa capacidade racional de tirar a própria vida. Ou seja, o suicídio configura-se como um fenômeno social, e, portanto, está acima da vontade individual. Sua presença na sociedade, por vezes, é produzida em probabilidades normais, de ocorrência moderada; ou patológicas, quando atinge uma avançada quantidade que ameace a sociedade. Nesse caso o fenômeno está ligado à anomia, quando há um mau funcionamento das instituições, ausência de regras e regulamentos que equilibrem a coesão do grupo.

## 2.1 Tipos sociais de suicídio

No livro *O Suicídio*, Durkheim (2000) busca identificar as causas sociais do suicídio e assim estabelece três tipos de suicídio: o egoísta, o altruísta e o anômico. Sua predominância está associada ao grau de coesão social.

Ele (2000, p. 258) chama de suicídio egoísta quando o indivíduo se encontra em um “estado em que o eu individual se afirma excessivamente diante do eu social [...]”. E assim, “seus fins próprios se tornam preponderantes sobre os fins comuns, sem que sua personalidade, em suma, tende a se colocar acima da personalidade coletiva”. Isso ocorre em detrimento do afastamento do indivíduo da vida social. Em uma sociedade fortemente integrada, o sujeito mantém uma relação de dependência, onde sua consciência está subordinada à consciência coletiva. A ideia de pertencimento a um grupo furta a ideação de morte, pois a sociedade se afirma, impondo deveres para com ela.

O vínculo que os liga a sua causa comum amarra-os à vida, e, por outro lado, o objetivo elevado que mantém sempre em vista impedem de sentir tão vivamente as contrariedades privadas. Enfim, numa sociedade coerente e viva, há entre todos e cada um e entre cada um e todos uma troca contínua de ideias e de sentimentos e como que uma assistência moral mútua, que faz com que o indivíduo, em vez de ficar reduzido a suas próprias forças, participe da energia coletiva e nela venha recompor a sua quando esta chega ao fim. (DURKHEIM, 2000, p. 259)

Portanto, o enfraquecimento dos laços sociais desequilibra a consciência coletiva e o sentimento de pertencimento a um grupo, fazendo florescer um individualismo excessivo mais propenso a fornecer a ação das causas suicidógenas. O homem social estabelece um conjunto de ideias e objetivos pelos quais viver, e a ausência desses elos reduzem a perspectiva de vida.

No entanto, Durkheim (2000, p. 266) esclarece que “por mais individualizado que seja cada indivíduo, há sempre algo que continua sendo coletivo: a depressão e a melancolia [...]”. Nesse sentido: “Comungamos na tristeza, quando não temos mais nada para viver em comum”. Não é uma decisão do indivíduo desligar-se dos vínculos: esse afastamento ocorre por rejeição ou quando o próprio elo está fragilizado. Quando a sociedade se desintegra as condições reguladoras da vida geral são subvertidas na mesma medida. “Se, nesse caso, o vínculo que liga o homem à vida se solta, é porque o próprio vínculo que liga à sociedade se afrouxou” (DURKHEIM, 2000, p. 266). Esse tipo de suicídio surge quando os indivíduos não estão integrados a um grupo e encontram-se isolados da sociedade. Dessa forma, como alerta o CVV, o *bullying* que alguns adolescentes sofrem na escola não se trata apenas de uma chacota, mas pode significar a perda do vínculo desse sujeito com a estrutura escolar, e com as amizades, que poderá fornecer a ele as condições para que ele se desvincule socialmente abrindo a possibilidade para o suicídio.

Outra categoria de suicídio classificado por Durkheim é de tipo altruísta. Se, portanto, o egoísmo impele o suicídio, um insuficiente reconhecimento do eu produz os mesmos efeitos. Em alguns casos, há sociedades que se impõem de forma tão coercitiva que obrigam os indivíduos a determinados sacrifícios, aceitos culturalmente, em serviço do bem de todos e da moralidade do grupo. O sociólogo listou alguns exemplos de tal prática na cultura de alguns povos primitivos da antiguidade: entre guerreiros dinamarqueses que consideravam vergonhoso a morte natural e se suicidavam para escapar da desonra; o costume dos visigodos, trácios e

hérulos de se jogarem de um penhasco quando velhos e cansados da vida etc. Em relação ao Ceos os homens com idade avançada renunciavam a vida e realizavam um banquete em comemoração. Além dos idosos, em alguns povos, como entre os hindus, “as viúvas com frequência são obrigadas a se matar por ocasião da morte de seus maridos” (DURKHEIM, 2000, p. 271). Em lugares como na Gália “quando morre um príncipe ou um chefe, seus servidores são obrigados a não sobreviver a ele” (DURKHEIM, 2000, p. 271). Esses sacrifícios ocorrem em sociedades onde a constituição das condutas é inteiramente de subordinação ao outro. Nesses casos, como observa Durkheim (2000, p. 271): “[...] o homem se mata, não é porque se arroga o direito, mas, o que é bem diferente, porque tem o dever” socialmente imposto. Assim, “quando falta a essa obrigação, é punido com a desonra e também, na maioria das vezes, por castigos religiosos”. Em tal caso o suicídio recebe o nome de altruísmo obrigatório, em que o suicídio não é legalmente obrigado, mas está para ele de forma facultativa, por motivações variadas, em algumas com pouca relevância. Como é citado por Posidônio, Waitz e Hoefte *apud* Durkheim (2000, p. 276):

Havia celtas que aceitavam se deixar matar por vinho ou por dinheiro. Na polinésia, uma ligeira ofensa muitas vezes é suficiente para decidir um homem ao suicídio. O mesmo acontece entre os índios da América do norte; basta uma briga conjugal ou um gesto de ciúmes para que um homem e uma mulher se matem.

São citados vários outros exemplos análogos na região da China, na Índia, no Tibete, Gália, entre outros. Nesses casos o suicídio não é formalmente forçado, mas a banalização da vida é culturalmente aceitável para manter a dignidade, já que nesse caso a personalidade humana é exaltada para não se inferiorizar a outra coisa ou pessoa. Outro tipo de suicídio altruísta é o agudo ou altruísta místico, quando o indivíduo tira a vida por devoções fanáticas. A exemplo do mesmo, Burler *apud* Durkheim (2000) menciona a religião jainista, onde era comum os fiéis abdicarem o alimento para o corpo falecer. No hinduísmo, Barth (*apud* Durkheim, 2000, p. 279) diz que “o costume de buscar a morte nas águas do Ganges ou de outros rios sagrados era muito difundido”. E entre os bhils, “havia um rochedo de cujo topo as pessoas se precipitaram por piedade, por devoção a shiva” (FORSYTH *apud* DURKHEIM 2000, p. 279). Durkheim (2000, p. 284) nos apresenta várias práticas religiosas em que seus membros renunciam a vida por não



considerarem a existência própria, acreditando que a verdadeira pátria não é neste mundo, e assim alienam a personalidade em função da servidão. Em suas palavras: “Pois, se uns e outros renunciam à vida, é porque há algo que eles amam mais do que a si mesmos” (p. 284).

Durkheim (2000, p. 292) ainda salienta que, apesar do suicídio altruísta ser mais comum entre os povos primitivos, também podemos encontrar nas civilizações contemporâneas: “pode-se classificar sob essa rubrica principalmente a morte de certos neófitos que, quando não se matavam, faziam voluntariamente com que os matassem”. Outro meio que se assemelha a esse é o do exército. Durkheim (2000, p. 292) aponta que, no serviço militar, em grau mais elevado do que entre os civis, é muito característico a impessoalidade: “é preciso que ele seja treinado a dar pouca importância à sua pessoa, uma vez que deve estar pronto a sacrificá-la assim que isso lhe seja ordenado”. A conduta do soldado exige uma obediência em alto grau de submissão em prol da nação: “os suicídios militares devem depender, portanto, da disposição contrária, ou seja, de uma individuação fraca ou que chamamos de estado de altruísmo” (DURKHEIM, 2000, p. 295). Assim, o suicídio altruísta é concebido como um ato de coragem com intensa admiração.

Como exemplo do suicídio altruísta na contemporaneidade, Oliveira (2020) relaciona as missões suicidas de samurais e de camikases japoneses com a concepção de suicídio altruísta de Durkheim. Aponta-os como exemplos de suicídios subordinados à necessidade de uma coesão social:

[...] o Japão nos fornece um exemplo moderno que simboliza tal forma de suicídio, visto que, na década de 1930, durante o expansionismo japonês e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), diversos militares e até mesmo cidadãos civis japoneses se suicidaram como um pedido de desculpas ao Imperador após a derrota (OLIVEIRA, 2020 p. 294-295).

De acordo com BBC (2015 *apud* Oliveira, 2020, p. 289), o Japão é um dos países “com as mais altas taxas de suicídio do mundo. Somente no ano de 2014, por exemplo, o Japão registrou uma taxa de 18,5 suicídios para cada 100 mil habitantes”. Historicamente, a presença do suicídio na cultura japonesa constituía um dever da classe guerreira: “no Japão, o suicídio não é visto como a negação do valor da vida, mas como uma afirmação do valor dado à devoção moral ao próximo” (YOUNG 2002 *apud* OLIVEIRA, 2020 p. 296). Os samurais, que ocupam a mais alta classe guerreira, deveriam morrer com lealdade aos seus senhores, cometendo o

*seppuku*, “um ato da tradição guerreira” (OLIVEIRA, 2020 p. 305). Suicidavam-se “por motivos ritualísticos e influenciados pelo meio social, sendo um dos símbolos de honra e de altruísmo específicos, que se relacionam com a servidão ao mestre, ao povo, aos pais e à honra” (TSUNETOMO, 2004 *apud* OLIVEIRA, 2020 p. 301). A prática era socialmente imposta como um dever, e o descumprimento da mesma acarretava em desonra ou até mesmo em punição. Outra categoria que cometia suicídio altruísta, de acordo com Oliveira (2020, p. 296), são os camicases que durante a segunda guerra mundial “arremessavam os aviões contra navios inimigos [...] já sabiam que iriam morrer pela pátria e pelo imperador, e muitos sentiam orgulho de serem escolhidos para realizarem tais atos”.

Segundo Camargo (2007), outro exemplo de suicídio altruísta são os “homens e mulheres bomba”, fenômeno frequente no Oriente Médio, que nos remete a alguns grupos extremistas do Islã: sujeitos que se matam por um propósito do grupo social do qual pertencem, por influência religiosa, e é considerado um ato justificável e aceito por uma minoria fundamentalista, posição que não é unânime entre os muçulmanos.

Em todos esses casos o indivíduo se submete a um grau de coletividade excessiva e essa integração profunda determina suas ações. De acordo com Durkheim (2000, p.274) para a sociedade desempenhar essa força capaz de coagir seus membros a renunciarem a própria vida, é necessário que a personalidade individual tenha pouca importância, “é preciso que ele seja quase totalmente absorvido no grupo e, por conseguinte, que este seja muito fortemente integrado”. Assim:

Era preciso que a morte fosse imposta pela sociedade como um dever ou que algum ponto de honra estivesse em jogo, ou ainda que algum acontecimento desagradável acabasse por depreciar a existência aos olhos da vítima. Mas às vezes o indivíduo se sacrifica unicamente pela alegria do sacrifício, porque a renúncia, em si e sem razão especial, é considerada louvável (DURKHEIM, 2000, p.278).

Portanto, Durkheim (2000, p. 275) esclarece que a autodestruição apresenta características distintas para cada sociedade. Ao passo que enquanto o suicídio egoísta é “o estado em que se encontra o eu quando vive sua vida pessoal e só obedece a si mesmo”, o suicídio altruísta “expressa o estado contrário, aquele

em que o eu não se pertence, em que se confunde com outra coisa que não ele, em que o polo de sua conduta está situada fora dele [...].”

Quanto ao suicídio de tipo anômico, Durkheim diz que tal tipo incide sobretudo em “sociedades perturbadas, seja por uma crise dolorosa ou por transformações favoráveis, mas por demais repentinas”. [E] “daí provêm a bruscas ascensões da curva de suicídios” (DURKHEIM, 2018, p. 320). Isso ocorre quando há uma demasiada desordem entre os poderes morais que regulam a vida social da comunidade. De acordo com Durkheim (2000, p. 265):

[...] a sociedade é o todo, o mal que ela sente transmite-se às partes de que é constituída [...] ela não pode se desintegrar sem ter consciência de que as condições regulares da vida geral são perturbadas na mesma medida.

Assim segundo Durkheim (2000), quando a sociedade passa por grandes transformações e o grau psíquico do indivíduo não acompanha essa mudança, a realidade da vida prática ganha proporções que representam grandes perigos. Um grave exemplo disso são as crises econômicas que podem intensificar a propensão suicida: “a prova de que essa catástrofe é a única causa desse crescimento é o fato de ele ser sensível sobretudo no momento em que a crise chegou ao estado agudo” (DURKHEIM, 2000, p. 303). Nesse caso, o agravante não é devido à crise financeira, mas a configuração de adversidades que perturbam a ordem coletiva. O indivíduo sofre quando há ausência de ordem, regras que contenham suas pulsões. Como exemplo disso, podemos citar a “grave crise econômica americana ocorrida a partir da quebra da Bolsa de 1929 em Nova York, tornou-se comum relacionar a falência financeira a tentativas de suicídio”. Esse cenário “ficou marcado no imaginário popular pelas cenas e narrativas, registradas pela imprensa americana, de tentativas de suicídio em lugares públicos” (BBC NEWS, 2019).

Outro exemplo de suicídio anômico apresentado pelo sociólogo são “os suicídios que ocorrem quando se inicia a crise da viuvez [...] resultante da morte de um dos cônjuges” (DURKHEIM, 2000, p. 329). Em tal caso, o suicídio é gerado pela desorganização da família, quando o meio doméstico foi deturpado, seja pelo divórcio ou pela morte de algum membro. Durkheim (2000) aponta que há outra variedade do suicídio anômico que depende da maneira pela qual a sociedade regulamenta a ordem social. Tal variedade está ligada à fragmentação das instituições sociais que sustentam o indivíduo na vida cotidiana, ocorrendo “devido à

desorganização dos mecanismos sociais, que deixam de assegurar a satisfação das necessidades básicas” (MINOIS, 2018, p. 401).

Dessa forma, o objetivo de Durkheim era demonstrar que o suicídio era um fenômeno social e, por isso, poderia e deveria (como ele está fazendo) tornar-se um objeto da sociologia. Em sala de aula, os conceitos sociológicos construídos por Durkheim não atraem os jovens do ensino médio, apesar da transposição didática. Um dos motivos disso está no fato de que os temas da sociologia são debatidos livremente pelo senso comum, por meio de uma linguagem coloquial. Nesse sentido as aulas de sociologia são poucas atrativas para a juventude, que muitas vezes não encara com seriedade uma aula sobre temas que livremente ela escuta em casa ou nas ruas. Portanto, o professor de sociologia precisa trazer outras linguagens para a sala de aula no intuito de traduzir o vocabulário sociológico para os alunos, tornando as aulas mais atrativas. É, por isso, que indicamos *Romeu e Julieta* para o estudo sociológico do suicídio.

### 3 O SUICÍDIO EM *ROMEU E JULIETA*

Antes de entrar em *Romeu e Julieta*, precisamos falar sobre o seu autor, William Shakespeare. Ou seja, sobre o contexto de produção de sua obra. Pois, como ressalta Facina (2004, p. 09), por mais que estejamos abordando um clássico da literatura, que tem muito a dizer sobre à nossa época, “sua obra é fruto de se tempo e, portanto, é historicamente situada. E também os escritos são produtos de sua época e de sua sociedade”. Assim, precisamos relatar os momentos históricos vividos pelo dramaturgo e pelo público que recepcionou a peça nos palcos do teatro elizabetano. Para, desse modo, contextualizar “os olhares desse escritor sobre a sua sociedade e sobre os debates públicos mais importantes de sua época” (FACINA, 2004, p. 44).

A partir dessa abordagem, descrevemos a trajetória do autor, não para promover o apreço pelo indivíduo, mas para entender “a lógica das visões de mundo, dos juízos de valor e das opiniões políticas” que o escritor elabora em seu texto expondo os “valores, ideias e experiências que são compartilhados socialmente [...] e produzidos por outros coletivos” (FACINA, 2004, p. 45-46). Nesse sentido, demonstrar a importância de situá-lo em sua dimensão histórica e social.

#### 3.1 Contexto de produção da obra

Em sua obra “Como Shakespeare se tornou Shakespeare”, o crítico literário Stephen Greenblatt (2011) escreve sobre o dramaturgo, detalhando momentos da vida dele que ecoam nas narrativas que se tornaram fundamentais para construção de sua biografia. Shakespeare é então considerado um dos escritores mais icônicos de todos os tempos, tido como o mais influente dramaturgo.

Conforme Greenblatt (2011), consta que William Shakespeare, apesar da escassa biografia, tenha nascido em 1564, em Stratford-upon-Avon, situada no condado de Warwickshire ao sul de Birmingham, na Inglaterra. Casou-se com Anne Hathaway, com quem teve três filhos; mudou-se para Londres e conseguiu tornar-se um dos maiores poetas e dramaturgos do mundo. Apesar de poucos registros sobre sua vida privada, sabe-se que Shakespeare não tinha formação universitária, e que ele se tornou escritor preeminente para a companhia de teatro *The King's Men* (os

homens do rei) e um dos acionistas do *Globe Theatre* em Bankside. Em 1613, ele retorna à sua cidade natal, onde morreria, aos 51 anos, em 1616.

Shakespeare viveu entre meados do século XVI e começo do século XVII. Suas peças abordam histórias de reis, nobres, pessoas do cotidiano e populares, atinge pessoas de diferentes classes sociais, todos os níveis de educação e traz ricos e pobres ao teatro. Ben Jonson (*apud* CANTON; MENDROT, 2016, p.84) escreveu que “suas obras durariam não apenas uma época, mas para sempre”; suas peças foram transformadas em filmes, animações e musicais, e continuam sendo relevantes para os leitores e público do teatro, influenciando escritores até os dias de hoje. Como ressalta Heliadora (2014, p.82): “sem nunca perder as referências de sua época e sem nunca deixar de ser, principalmente, um homem de seu tempo”. A evidência do seu legado literário mostra que os temas presentes em suas obras apresentam um caráter atemporal.

Suas obras foram recuperadas por John Heminges e Henry Condell, e reunidas no primeiro fólio que contém 36 peças separadas em comédias, histórias e tragédias. “A divisão em três gêneros é um pouco arbitrária e reflete mais o desejo do editor que a maneira como Shakespeare via suas peças” (CANTON; MENDROT, 2016, p.86). Além disso, acredita-se que Shakespeare tenha escrito 154 sonetos e diversos outros poemas.

Segundo Greenglatt (2011), Shakespeare escreveu a maior parte de suas peças durante o reinado de Elizabeth I, a última monarca da casa Tudor, e no início do governo de Jaime I, na dinastia Stuart. Nessa época, a cultura da escrita torna-se mais acessível e a expansão do teatro permite alcançar um grande público. Assim as narrativas não se restringem mais a um público religioso. Sem a intervenção cristã, a ideia do suicídio retorna as histórias, conferindo-lhes um valor moral: condenável, quando é motivado por egoísmo, ou tolerável, quando provocado por motivos nobres.

De acordo com Minois (2018, p.97), “as grandes mudanças sociológicas e culturais do primeiro Renascimento criam um contexto que ajudou a desbloquear a reflexão sobre o suicídio”. Os primeiros humanistas do século XV, baseados nas ideias da Antiguidade, constroem uma visão inteiramente diversa sobre o tema. Restabelecem o debate que, aos poucos, enfraquece os valores cristãos tradicionais, que condenam o suicídio:

A sensualidade cada vez maior, seu paganismo moral e intelectual, bem como as perturbações políticas e sociais do período, provocam um aumento visível do número de suicídios, e não tardou a surgir uma literatura favorável a ele baseada nas ideias da Antiguidade (O' DEA, 1995 *apud* MINOIS, 2018, p.72).

O período renascentista apresenta um aumento significativos de mortes voluntárias na Europa; no entanto, “o índice médio de morte voluntária do renascimento decerto não foi mais elevado do que o da Idade Média, mas se fala e se escreve sobre o assunto mais do que antes” (MINOIS, 2018, p.103). A frequência do assunto nas obras de ficção revela o interesse e inquietações do público a respeito do tema. Não se trata de uma apologia ao suicídio, mas sim do desejo de compreender o fenômeno em suas múltiplas facetas. Para Minois (2018), o suicídio literário assume um papel de terapia social, na medida que reduz o número de suicídios reais, em ficções que sublimam os conflitos de sua época. Desse modo:

O espectador vê no teatro, com triunfo do bom sobre o mau, a confirmação confortável de suas certezas morais; na sociedade instável, ele encontra, com os conflitos de valores e a morte voluntária do herói dilacerado, a confirmação tranquilizadora de suas próprias dúvidas, além da libertação simbólica através do suicídio de si mesmo herói. O espectador se associa em espírito a esse ato que ele, com medo do além, não ousa cometer, na companhia desse personagem excepcional cuja conduta ele admira e que não poderia, de maneira nenhuma, estar enganado (MINOIS, 2018, p.135-136).

A importância do debate sobre o suicídio na literatura é a marca das épocas de conflitos de valores, afirma a popularidade do tema: interesse em compreender o fenômeno e a ausência de reprovação do público. As obras literárias permitem apresentar livremente as questões que permeiam a conjuntura social, compor argumentos favoráveis e contrários ao suicídio de seus personagens. As peças, sonetos e poesias de Shakespeare possibilitam, através de seus personagens, apresentar como o homem nascido no século XVI, na Inglaterra elisabetana, pensava sobre o suicídio e lidava com os conflitos existenciais. “A polêmica sobre o suicídio tem início no reinado de Henrique VIII, no contexto da rivalidade entre calvinistas e anglicanos e diante da ofensiva real de confisco sistemático dos bens das famílias” (MINOIS, 2018, p.114). A partir daí, o tema do suicídio passa a ser comum nas obras e peças teatrais, como forma de estimular a reflexão sobre esse ato polêmico.

É frequente a representação simbólica do suicídio nas obras de Shakespeare. A peça *Hamlet, o Príncipe da Dinamarca*, é uma das tragédias mais populares do dramaturgo; nela há uma de suas criações mais memoráveis o dilema “Ser ou não ser, eis a questão”. Palavras essas ditas por Hamlet, ao refletir sobre a condição humana logo após a investigação sobre a morte do seu pai. O personagem vive um confronto familiar no contexto de disputas entre a Dinamarca e Noruega, que o leva a questionar sobre a vida. Todavia, Hamlet não cometeu suicídio; uma de suas observações é, justamente, a oposição entre o falar e o agir. O que nos leva a crer que “falar demais do suicídio enfraquece a determinação: vemos aí o começo de uma terapia através da desmistificação dos verdadeiros motivos do suicídio” (MINOIS, 2018, p.131). Já *Romeu e Julieta*, uma obra similar a Hamlet, por abordar a temática do suicídio, mas, com final diferente, pois os protagonistas se matam por amor, em um momento de desespero, em razão de um trágico engano.

Segundo Minois (2018, p. 107): “A tentação do suicídio em Hamlet é a expressão mais acabada de uma preocupação que marca o pensamento inglês e europeu durante os anos 1580 à 1620”. A Europa vivencia, nesse período, o questionamento de todos os valores, “todas as normas são contestadas e todas hipóteses são testadas, as certezas são questionadas e os conhecimentos são subvertidos” (MINOIS, 2018, p.99). A frequência do assunto nos textos literários revela o desejo dos autores em discutir esse fenômeno social. Ao questionarem as proibições tradicionais, esses textos analisam a legitimidade do ato, vão além do debate teológico e moral, integrando explicações sociológicas e psicológicas que levaram os personagens a cometerem o ato.

De acordo com Bárbara Heliadora (2014), Shakespeare foi um grande expoente para o teatro Elizabetano. A cristalização do teatro na Inglaterra foi um longo processo que se inicia no século XII, quando a Igreja Católica começa a apresentar pequenas dramatizações, interpretando histórias bíblicas. Com a adaptação dos textos para o idioma local, o público foi crescendo e os espetáculos ganharam espaços para além da igreja, como aconteceu com a França e a Espanha. Mas na Inglaterra, ao invés de passarem por serem apresentados por irmandades leigas, os textos passaram para as mãos das guildas, corporações de ofício, todos exercidos por homens.



Com a reforma protestante, no século XV, chega ao fim o teatro religioso. Todavia, as encenações continuaram. Não sendo o ator um ofício reconhecido, os primeiros atores eram chamados de “homens sem amo”, categoria mal vista durante a Idade Média, destinada àqueles que não pertenciam a nenhuma organização. Por esses motivos, os primeiros atores buscavam um patrono, para que eles tivessem condições de apresentar-se. Com a presença desses grupos leigos ficaram proibidos os textos religiosos, e por necessidade começaram a aparecer autores, que escreviam sobre o mundo a sua volta. O aumento de interesse pelas artes, de uma camada da sociedade composta por burgueses que Henrique VIII tinha enobrecido, propiciou uma mistura entre elementos do teatro popular com o teatro clássico romano:

O surgimento de Shakespeare só foi possível graças às condições e circunstâncias sociais, culturais, intelectuais e estéticas que se formaram a partir de dois mundos: a Idade Média e o Renascimento. Diferentemente das dramaturgias francesa e italiana que seguiram de perto os princípios básicos sobre o drama teorizados por Aristóteles (HELIODORA, 2009 *apud* GUERIOS, 2017, p. 22).

Shakespeare chega assim em Londres entre 1588 e 1590, um momento de plena efervescência do teatro, um “riquíssimo período de memoráveis dramaturgias e encenações que leva o nome de teatro elisabetano”. A composição das peças adquiria faustosas atrações especiais “que eram não só entretenimento de primeira qualidade como também o portal para toda espécie de novos horizontes, pois tratava do vasto leque de temas que se passavam nos mais variados países e épocas”. (HELIODORA, 2014, p. 222)

As peças shakespearianas ganham popularidade no teatro, o que estimulou o dramaturgo a desenvolver uma voz poética que se estendia a todas as classes. Suas obras transmitem emoções de grande impacto ao público. Deste modo: “A genialidade de Shakespeare está em seu talento para segurar um espelho em frente à natureza e refletir seu público nele; as pessoas reconhecem a si e aos outros em suas obras”. (CANTON; MENDROT, 2016, p. 85)

Segundo Greenglatt (2011), no século XVI, as narrativas em prosa tornam-se predominantes em quase toda a Europa. No entanto, na Inglaterra, foi o teatro que mais atraiu o público, e autores como Shakespeare escreveram peças que versavam entre a dramaturgia clássica e espetáculos populares, representavam

uma amostra bem diversa da sociedade, tornando acessível ao público vasto. A versão impressa de suas obras para leitores só foi publicada em 1623, no primeiro fólio.

### 3.2 Romeu e Julieta

A obra *Romeu e Julieta* é considerada uma obra de gênero trágico por sua trajetória dramática, que resulta na morte dos protagonistas. Escrita no final do século XVI, é uma das grandes obras da literatura mundial. E pode ser pensada como um exemplo do uso da literatura como fonte para o entendimento de questões sociais, tais como: as lutas de família e o tema do suicídio, que é fortemente retratado no livro pelos jovens amantes.

A peça *Romeu e Julieta*, apresentada nesta monografia na tradução de José Francisco Botelho (2016), teria sido inspirada pelo poema “A trágica história de Romeu e Julieta”, publicado por Arthur Brooke, em 1562. Essa obra, por sua vez, seria uma versão inglesa baseada na versão francesa de Pierre Boaistuau, que era uma adaptação de uma obra italiana, escrita por Matteo Bandello e outros autores, de acordo com Poole (2016).

De acordo com Bárbara Heliodora (2011, p.09), o poema inglês de Arthur Brooke “ofereceu a Shakespeare não só toda a trama de sua tragédia, como fartíssimas informações sobre a Itália, Verona, hábitos sociais e mil outros detalhes úteis para a criação da peça. As diferenças são a de visão autoral e de objetivos”. O texto, que contém 3020 versos, tem procedências remotas e intenção de “advertir os jovens que eles devem governar seus desejos e não cair em paixões furiosas” (HELIODORA, 2011, p.08). Um poema moralizante que condena Julieta por ter desobedecido aos pais e ter pedido conselho ao confrade, que para os puritanos a confissão auricular católica era o principal caminho para falta de castidade. O frade é acusado de ter “desrespeitando o honrado nome do casamento legal para acobertar a vergonha dos encontros roubados, finalmente, por todos os meios da vida desonesta, apressando a mais infeliz das mortes”. Para Heliodora (2011, p. 9), apesar da obra ser rigorosamente a mesma, Shakespeare a transformou, deixou a ama mais cômica, acrescentou o personagem Mercúcio e adotou outra visão em

relação aos protagonistas, enfatizou o conflito entre as duas famílias, conduzindo um “sermão contra os males da guerra civil”.

Apesar de ser reconhecida como história de amor, a peça aborda questões em seu enredo sobre a ordem política, instituições sociais, família, igreja, convenções sociais, liberdade do indivíduo, morte etc. Possibilita analisar como um sujeito nascido no século XVI pensava a respeito do suicídio através de seus personagens fictícios. Na obra, conflitos de convivência são estabelecidos e relacionamentos são rompidos, o que vai desencadear no suicídio dos protagonistas. Na literatura cortesã é comum o suicídio por amor quando surge um obstáculo de ficarem juntos. A morte voluntária, na literatura, era reconhecida como “um gesto funesto por excelência, que só podia ser ditado por uma dor insuportável (MINOIS, 2018, p. 17). “Os heróis – continua Minois (2018, p. 17) – fazem o sacrifício supremo, único meio de redimir uma culpa vergonhosa ou de superar um obstáculo humanamente insuperáveis”.

A história se passa em Verona, região norte da Itália, num casebre do Herbário, em Mântua, para onde Romeu foi exilado. A história se divide em 5 atos que compõem diversas cenas transcorridas no período de quatro dias. E o tempo se baseava pelo acontecimento de fenômenos naturais do nascer do sol, a chegada da lua e o canto dos pássaros.

Ferreira e Levitan (2016) apontam que a linguagem, empregada por Shakespeare, estabelece uma afinidade entre o mundo da peça e dos espectadores. Na peça, os personagens fazem uso da técnica do solilóquio, verbalizando cada pensamento, como se estivessem dialogando em particular com o público. O “solilóquio permite às personagens que compartilhem seus medos, decepções, sonhos e ambições mais íntimas” (CANTON; MENDROT, 2016, p.85). Desse modo, remete uma ilusão de cumplicidade com cada pensamento.

De acordo com Heliadora (2014, p.1254), Romeu e Julieta foi a única tragédia lírica escrita por Shakespeare, nessa peça “o tom lírico que aparece em momentos poéticos e o fato de o autor tratar com mais atenção, mas não exclusivamente, de relações interpessoais”. O que permite o debate sobre o suicídio a partir de enfoques sociais.

Shakespeare não se prolonga no desfecho da narrativa e logo no início da peça, apresenta um coro, figura grega clássica, representando a opinião coletiva do

povo ou da cidade. “A peça tem início com um soneto que narra toda a essência dos acontecimentos, no intuito de levar a plateia a refletir mais profundamente sobre o que move a ação” (HELIODORA, 2014, p. 1764). Assim:

Duas casas de fortuna, iguais em dignidade,  
 Lá na Bela Verona, palco desta ação,  
 Por um rancor antigo, em uma nova hostilidade  
 Irrompem, derramando, irmãs, o sangue irmão.  
 Das vísceras fatais, da inimizade dura,  
 Ao mundo vem um par de amantes desditosos,  
 Que, ao preço de sua vida, em várias desventuras,  
 Põem fim à longa guerra e aos laços rancorosos.  
 O fado desse amor, marcado pela morte,  
 A fúria dos seus pais, e os ódios mais extremos,  
 E a paz que decretou a dolorosa Sorte,  
 Nas horas deste palco agora encenaremos.  
 Vossa atenção eu rogo à história que começa;  
 O que o resumo cala, encontrareis na peça (SHAKESPEARE, 2016, p.63).

Nesse momento Shakespeare escreve que as duas famílias nobres irão enfrentar-se, e a desordem estabelecida e os conflitos gerados provocaram a morte de célebres amantes. O desentendimento entre duas famílias, provocado pelas desavenças entre pais e filhos e a rivalidade entre as casas dos Capuletos e Montéquios integram os componentes dessa narrativa.

A primeira cena contempla uma briga de rua, comum na época, entre membros das respectivas famílias rivais e seus criados, reacendendo a “velha rixa”, interrompida por Éscalo, o príncipe regente, que busca apaziguar o conflito que perturba a ordem da comunidade, exigindo que cessem as disputas e decretando pena de morte aos envolvidos. Ainda no primeiro ato, os Capuletos preparam uma tradicional festa, que promoverá o encontro entres Romeu e Julieta. Até o final do primeiro ato, Romeu, que representa um jovem romântico da renascença, está perdidamente apaixonado por Rosalina, que não corresponde seu amor. Os Montéquios, pais de Romeu, demonstram preocupação com o estado emocional que se encontra o jovem, e pedem ajuda ao primo Benvólio, ao identificarem sinais de isolamento e profunda tristeza no garoto. Em declaração sobre Rosalina, Romeu diz:

A tristeza alonga o tempo (...)  
 Por aquela que ignora meu amor.  
 Ah, cego amor vendado!  
 Até sem ver encontra o alvo, acerta e faz sofrer!  
 Não amo amar, mas amo e vou sofrendo. (...)  
 Eis o crime do amor!  
 Já trago em minha alma triste, mil lamentos;

Não vás multiplicar a tristeza e sofrimento  
 Somando à minha dor a tua.  
 Sei que me amas,  
 Mas teu amor em minha pena atiga as chamas.  
 O amor é fumo acesso em ventos suspirantes;  
 Negado, vira um mar de tormentoso pranto.  
 (...) Já deixei a mim mesmo. Já parti.  
 Romeu se foi e está longe daqui.  
 Pedir que um moribundo não divague!  
 Pedes clareza a quem já nada sabe.  
 Sem devagar, então: amo uma moça (SHAKESPEARE, 2016, p.71-72).

Rosalina é um personagem que não aparece nas cenas, mas é citada por Romeu como um caso de amor inalcançável, alguém que o rejeita e despreza seu apreço. Em um diálogo entre Romeu e o primo Benvólio, o jovem reitera que Rosalina fez um voto de castidade e que jamais corresponderá ao seu amor:

Agora, errante: a bela não será flechada.  
 Às setas de cupido escapa, e está armada,  
 Como Diana, em castidade forte e pura  
 O arco tolo do amor não rompe essa armadura.  
 Jamais se rende ao cerco aflito dos suspiros,  
 Nem se entrega à investida ansiosa dos olhares,  
 Tampouco abre seu peito ao ouro sedutor.  
 Mesmo rica em beleza, é pobre, a minha bela:  
 Pois seu belo tesouro há de morrer com ela.  
 (...) Com beata virtude, afundar-me no inferno.  
 Jurou jamais me amar; e, nesse juramento,  
 Tornou-me um morto-vivo, em vivo sofrimento” (SHAKESPEARE, 2016, p.72).

O jovem Romeu revela tendência para o suicídio, demonstra instabilidade emocional, tem mudanças repentinas de comportamento, verbaliza o intenso desejo de morrer com sua linguagem carregada de lirismo. De acordo com o Centro de Valorização da Vida (CVV), no *Guia para Pais e Educadores* (2019), um dos principais fatores que geram contingentes suicidas entre adolescentes estão ligadas à sexualidade e à instabilidade nos relacionamentos afetivos. Nessa fase, ser correspondido ou rejeitado por uma pessoa amada é muito significativo. As crises afetivas geram condições de instabilidade, que podem levá-lo a pensar que a única forma de acabar com o sofrimento é tirando a própria vida<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Nesse ponto, as relações humanas são, segundo Bauman (2004), uma qualidade essencial para manter o apoio social. A incapacidade de manter laços reforça a fragilidade das relações: dessa instabilidade e ausência de perspectiva nascem o flagelo. Bauman (2004) argumenta que os laços afetivos foram transformados em produtos de consumo: o amor é, por vezes, confundido com o

O personagem Romeu está apaixonado por outra mulher e se recusa ir à festa dos Capuletos, por estar se sentindo melancólico e deprimido. Contudo, muda de ideia, vai até a casa do inimigo, e ao ver Julieta, pela primeira vez, esquece completamente Rosalina, a paixão que o trouxe ali, o que reafirma seu caráter inconstante, vulnerável e reforça o estado temporário das relações. A partir daí, trocam juras de amor, e impulsionados por uma avassaladora paixão repentina, decidem se casar logo no dia seguinte.

Na terceira cena do primeiro ato, a família Capuleto prepara uma festa onde desejam que Julieta, uma jovem que em breve completará 14 anos, conheça o Conde Páris, um jovem com título de nobreza, com quem se casaria. No entanto, a jovem se apaixona por Romeu, com quem se casa contra a vontade dos pais, às escondidas, no fim do terceiro ato.

Julieta representa então uma mulher corajosa, que recusa um casamento arranjado pelos pais, que na época era culturalmente aceitável, para casar em segredo com o herdeiro de uma família rival. O casamento é celebrado, no Ato II, pelo Frei Lourenço, que acredita ser a oportunidade de aproximar as duas famílias e cessar as disputas civis que abalavam a ordem social de Verona. O ambiente hostil, criado por essas disputas, iam contra a doutrina da Igreja católica. O Frei Lourenço é confidente dos protagonistas, cúmplice e reconciliador das disputas. Suas ações têm como objetivo afastar a população da cultura de violência e prevenir que o mal predomine na comunidade.

O Ato III é definido pelo duelo entre Teobaldo, primo de Julieta, e, Mercúcio, amigo de Romeu e primo do Príncipe Éscaló. Como resultado dessa briga, Mercúcio morre e Romeu sente-se culpado por Mercúcio ter sido apunhalado em seus braços, quando se intromete na disputa. Por vingança pelo assassinato de seu melhor amigo, Romeu mata Teobaldo, sendo condenado ao exílio pelo príncipe.

---

desejo, sentimento momentâneo, e os vínculos construídos se tornam descartáveis, efêmeros e transitórios. Sentimento esse que está presente na peça de Shakespeare, apesar de Bauman estar falando dele no mundo contemporâneo. A ideia de que Romeu e Julieta parece instaurar *um arquétipo de amor ideal tem raízes no romantismo, na ascensão do romance no século XIX. Em Shakespeare, a peça não é diretamente uma história de amor. Nela são extraídos elementos que refletem a ordem política e as consequências da guerra civil que geram o suicídio dos protagonistas.* De acordo com Heliadora (2011, p.09), a única tragédia lírica de Shakespeare, Romeu e Julieta, “a par de contar uma história de amor, é transformada também em magistral sermão contra os males da guerra civil”.

Romeu é responsável, diretamente, pela morte de Teobaldo e, mais tarde, pelo assassinato do Conde Páris, nobre parente do príncipe<sup>11</sup>.

Logo após sancionado o castigo de banimento, Romeu refugia-se na cela do Frei Lourenço. Incapaz de lidar com os conflitos existentes, manifesta algumas advertências ou sinais com relação à ideia de atentar contra a própria vida:

Exílio? Piedade! Diz-me “morte”.  
 Pois na face do exílio há mais terror  
 Que na face da morte. Exílio, não.  
 Fora dos muros de Verona, a Bela,  
 Não há mundo: há tortura e purgatório  
 E o próprio inferno. Então, se fui banido,  
 Baniram-me do mundo, simplesmente.  
 E o exílio do mundo é a própria morte.  
 Troca “exílio” por “morte”; é mais correto.  
 Quem diz “exílio” corta-me a cabeça  
 Com machado de ouro e, então, sorri.  
 (...) É como medir uma futura cova (SHAKESPEARE, 2016, p.134-135).

Após essas declarações, tenta suicídio, mas é impedido pela ama que arranca a adaga de suas mãos. A ocorrência de uma tentativa de suicídio é um importante fator de risco. Botega et al (2005) alerta que após uma primeira tentativa, outras seguintes ocorreram. Na peça, o Frei Lourenço, reprimindo o ato, adverte:

Controla a mão insana! És mesmo um homem? (...).  
 Tu me espantas. Por minha santa ordem,  
 Achei que eu fosse mais equilibrado.  
 Vais te matar, após matar Teobaldo?  
 E em tal loucura, matarás a dama  
 Que só por conta da tua vida vive,  
 Condenando-se à eterna danação?  
 Insulta o teu sangue, o céu e a terra.  
 A tríplice união que te dá forma,  
 E que destruirás, destruindo-te.  
 Degradadas teu amor, teu corpo e engenho,  
 Como usuário pérfido, que abusa  
 De uma forma, sem aborrecê-la,  
 E assim gastas teus dotes naturais.  
 Despedida do valor viril, tua fôrma,  
 Antes nobre, virou fôrma de cera;  
 Teu prometido amor, perjúrio vácuo,  
 Pois vais matar o amor que prometeste;  
 O engenho, que ornamentam o amor e o corpo,

---

<sup>11</sup> Borges et al (2008) afirmam que a adolescência é indicada como a fase crítica da vida do ser humano, momento de transição entre a infância e a vida adulta, onde os indivíduos passam por uma série de transformações, tornando-os vulneráveis, mais propensos a agir compulsivamente. Por esse motivo, são o público com maiores índices de casos. Assim: “O suicídio é a segunda principal causa de morte entre jovens com idade entre 15 e 29 anos” (OPAS/OMS, 2018).

Há de estourar, que vê-los comprimidos,  
 Como pólvora em mãos de um mal soldado,  
 E serás incendiado e desmembrado  
 Pela ignorância louca da tua mente,  
 Que deveria ser o teu escudo.  
 Levanta-te do chão! Julieta vive!  
 Por ela, há pouco, estavas como morto.  
 Ela vive; isso é sorte, isso é conforto!  
 Teobaldo planejava te matar,  
 Mas o matastes; és nisso afortunado.  
 Em vez da morte, a lei, amenizada  
 Decreta exílio. É sorte, novamente.  
 (...) Cuidado: quem assim se desespera acaba sua vida na miséria  
 (SHAKESPEARE, 2016, p.138-139).

O Frei Lorenzo, que representa a instituição religiosa, realiza um discurso desfavorável ao suicídio, a proibição cristã é evocada, com a intenção de conter a atitude de Romeu. A sua atitude exemplifica a percepção da Igreja em relação ao suicídio, visto como um pecado, absolutamente contrário à natureza, proveniente do desespero.

A situação abala o casal; Julieta também verbaliza ideação suicida quando recebe a notícia sobre o conflito entre Romeu e Teobaldo. Sendo assim, ela questiona: “Romeu matou-se? Não há mais eu, se não houver Romeu. Uma palavra ouvi, e ela matou-me” (SHAKESPEARE, 2016, p.129-131). Julieta, pensando nas circunstâncias de seu drama, considera o suicídio como uma opção diante da obrigação de casar-se com Paris:

Que o frade ache um remédio à nossa sorte.  
 Se ele falhar, resta escolher a morte  
 (...) E com este punhal hei de aplicá-la.  
 (...) A adaga há de verter todo o meu sangue.  
 (...) O sangrento punhal será juiz  
 No tribunal pulsante desta dor,  
 Se a douta comissão do teu engenho  
 Não resolver meu caso, honradamente.  
 Fale logo. Eu anseio pela morte,  
 A menos que, falando, me confortes (SHAKESPEARE, 2016, p.151-154).

Em seguida, no IV ato, Julieta decide fingir que morreu, tomando um remédio que faria dormir por 42 horas. O plano ocasionaria uma morte falsa para que, no dia seguinte, os amantes pudessem fugir para Mântua. O frei enviaria um mensageiro para contar sobre o plano a Romeu, no entanto, a mensagem acaba sendo extraviada e Romeu acredita que, de fato, Julieta havia morrido.



O frei João é o mensageiro que recebe o encargo de avisar Romeu. No entanto, informa que devido os riscos da contaminação, por uma doença que assolava a cidade, fora impedido de chegar até Mântua.

Eu fui atrás de outro irmão descalço,  
Da nossa ordem, para me acompanhar  
Na visita aos doentes da cidade,  
Fui atrás e encontrei, mas a patrulha  
Foi à casa onde estávamos, nós dois,  
Suspeitando que a praga ali imperasse,  
Selou as portas, nos prendeu lá dentro,  
E, por isso, eu não pude ir a Mântua.  
Eis a carta. não pude ir enviá-la,  
Nem buscar mensageiro que a trouxesse,  
Tamanha era a suspeita de contágio (SHAKESPEARE, 2016, p.175).

De acordo com Bárbara Heliodora (2011, p.10), o imprevisto na obra de Shakespeare relembra o período epidemia da Peste Bubônica na Europa, o que seria “plausível para a plateia elisabetana, já que a peste continuava endêmica e fazia ainda pouco (entre 1592 e 1594) mantivera os teatros de Londres fechados por quase dois anos”.

No ato final de *Romeu e Julieta*, o desfecho da trama incide no suicídio dos protagonistas. Romeu, por não saber que Julieta havia tomada uma poção, dada pelo frei, que a fizesse dormir profundamente, invade a residência dos Capuletos, assassina o Conde Páris, e, em seguida, comete suicídio, tomando veneno sobre o túmulo de Julieta. A jovem, ao acordar, percebe o trágico engano que havia cometido, sentindo-se culpada, busca a morte pelos mesmos métodos que seu amado esposo, ao perceber que não restava veneno, Julieta se mata com um punhal que Romeu carregava. Em seguida, o frei, no posto de réu, explica todo o ocorrido ao príncipe que encerra a tragédia selando a paz entre os Capuletos e Montéquios. Ao final, alerta que alguns serão punidos, sem determinar quem.

Antes de cometer suicídio, Romeu escreve uma carta ao pai e pede para o servo Baltasar entregá-la na manhã seguinte. Embora não seja exibido, o conteúdo não difere da versão que o frade fez ao príncipe<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> De acordo com Pereira e Fensterseifer (2019), comumente suicidas deixam uma carta, bilhete ou nota a respeito de seu ato final. As cartas exprimem uma despedida e informam os fatores que os predispõe ao suicídio, que poderiam ter sido usados como elemento de proteção e prevenção. De acordo com Minois (2018, p. 359): O suicida procura, assim, inserir seu gesto dentro de uma lógica, dar-lhe um sentido e uma continuidade, para que seu sacrifício possa ter consequência sobre as pessoas mais próximas ou sobre a sociedade como um todo, caso se trate de um motivo mais geral.

Veneno e punhal são as armas escolhidas pelos personagens de Shakespeare. Romeu planeja todos os detalhes de sua morte, escreve uma carta ao pai e procura um herbanário para que lhe venda veneno. Logo na primeira tentativa, o herbanário recusa, alegando ser ilegal, e que a lei condenava à morte o vendedor da porção. Mas, Romeu insiste, oferecendo muito dinheiro ao herbanário que aceita a oferta. Julieta, por remorso e desespero, ao perceber que Romeu tinha cometido suicídio, se mata com um punhal. A jovem suicida-se por causa das pressões exercidas ao redor dela: Julieta tenta escapar das tensões sociais para alcançar o destino que lhe parece mais justo e feliz. Na literatura, conforme Minois (2018), o suicídio se diferencia pela categoria e motivação. Esse gesto fatal pode ser entendido como um ato digno ou desprezível, ao passo que:

O suicídio do nobre ou é do tipo altruísta, quando ele se sacrifica pela causa que defende, ou é provocado pelo amor, pela cólera ou pela loucura: nos dois casos, é justificado. De todo modo, é um suicídio ligado a função social do nobre: que se trate de suicídio guerreiro ou amoroso, ele compromete o círculo mais próximo do personagem, diluindo, portanto, a responsabilidade deste último. Gesto social, o suicídio do nobre é, de certa maneira, honroso. O suicídio do homem rude é um gesto isolado, de uma pessoa egoísta e covarde: ele foge de suas responsabilidades, indo se enforcar às escondidas; é motivado pelo desespero, defeito fatal que lhe é inoculado pelo diabo. O que o nobre enfrenta suas responsabilidades até a morte gloriosa (MINOIS, 2018, p.17-18).

Minois (2018) esclarece que condenação do ato está ligada a origem social do suicida. Pessoas de todas as classes se matam, mas as proporções são divergentes; ao nobre é dada a liberdade de escolha, são até mesmo considerados atos de heroísmo, como no caso de Romeu e Julieta. Ao povo, reprovável, um gesto de covardia e fuga. “A literatura ilustra essa visão dicotômica do suicídio, condenável em um caso, louvável no outro” (MINOIS, 2018, p.13). Na Idade Média, apesar de condenar veemente o suicídio com o confisco dos bens e retaliação dos corpos, não há registro de casos de processo contra o cadáver de um nobre, já que, para evitar a degradação social, atribuem o gesto à loucura, enquanto em outros casos, são encobertos como acidentes ou morte natural. Na Europa renascentista o discurso se

---

Essa prática se insere, portanto, em uma abordagem racional da morte voluntária que na consideração do aspecto social do ato.

altera, assume uma dimensão que busca desvendar os motivos que concebem o ato, ao invés de condená-lo.

A clássica tragédia shakespeariana propõe resolver seus conflitos de valores com a morte voluntária e heroica dos personagens principais. A literatura, em particular, apresenta os discursos religiosos e morais que condenam o suicídio, ao mesmo tempo que manifestam um ângulo favorável; por motivos de honra e dignidade quando praticado por um nobre. A peça *Romeu e Julieta* acentua as duas facetas, ainda por influência da Igreja, não condena o suicídio dos jovens por serem de famílias nobres, e, aponta fatores sociais fomentadores do comportamento suicida como: a rivalidade entre os Capuletos e Montéquios e os desentendimentos familiares entre Julieta e o pai.

Na obra, o suicídio também é evidenciado como recurso no caso do amor impossível: "(...) a morte voluntária é apresentada como uma decisão corajosa que glorifica os heróis e redime os maus" (MINOIS, 2018 p. 192). Nessa perspectiva, representa o suicida não como um assassino de si mesmo, mas como uma vítima dos males da sociedade, "um comportamento 'comum' cujo valor depende, antes de mais nada, dos motivos" (MINOIS, 2018, p.59). Conforme Paulin (1977 *apud* Minois, 2018, p. 133):

O sentido do suicídio é dado pelo momento dramático e poético como um todo. É por isso que Shakespeare não nos propõe uma apologia do suicídio, e sim uma apologia do amor, ou, mais precisamente, do amor tal como foi vivido por *Romeu e Julieta*. Nessa ótica existencial, o suicídio não apenas coroa vida; ele a prolonga.

Em *Romeu e Julieta* o questionamento existencial extrapola os limites de "Ser ou não ser" de Hamlet, entre viver ou morrer, os jovens amantes encontram a saída para os conflitos existenciais através da imortalidade da alma. Se, no plano material, eles não podem viver juntos, por conta da luta de famílias, o suicídio os levará para além da vida ou da morte, no plano espiritual. A dimensão simbólica do suicídio na obra de Shakespeare retrata o dualismo religioso. O suicida dá fim à vida para alcançar, assim, um mundo melhor. Aquele que se mata, segundo Schopenhauer (2005), não procura a morte, mas para além dela, é uma afirmação enfática da vontade de viver. Quando um homem destrói sua existência como indivíduo ele não quer destruir sua vontade de viver, pelo contrário, ele gostaria de

viver, porém de forma agradável e prazerosa. Nessa perspectiva, o suicídio oferece saída e solução para situações difíceis da vida.

Na literatura renascentista, “o amor continua sendo o principal motivo para se matar, a honra vai dando lugar aos poucos ao remorso, e ganha terreno um motivo socioeconômico, relacionado a ascensão do capitalismo” (MINOIS, 2018, p.129). O amor excessivo entre os indivíduos tem sido a razão de muitas aflições, considerando a instabilidade social da vida humana marcada por falhas e limitações. O suicídio torna-se um fator consequente em uma sociedade instável, abalada pelo rompimento com os laços afetivos. A ausência de meios para lidar com as perdas, o colapso por causa de crises em relacionamentos e a perda do desejo de viver após a morte de um familiar são fatores presentes nessa ficção. O Montéquio, pai de Romeu, declara que a esposa não suportou a perda do filho para o exílio e então morreu, sem explicar a forma: “Esta noite, ó senhor, perdi a esposa! A saudade do filho a derrubou. Que novo golpe agora o fado lança contra a minha velhice destroçada?” (SHAKESPEARE, 2016, p.185).

Na sequência, Éscalo explica que o suicídio dos filhos serviu para que famílias refletissem sobre a gravidade da guerra civil e estabelecer a paz, mais do que colocar em evidência a capacidade redentora do amor, Shakespeare mostra a dimensão do suicídio e sua repercussão com o remorso do corpo social. Na tragédia clássica: “A morte voluntária é apresentada como uma decisão corajosa que glorifica os heróis e redime os maus” (MINOIS, 2018, p. 192).

Shakespeare promove um debate sobre a responsabilidade social do suicídio. Evidencia a institucionalização de um agente regulador que promovam o bem-estar social. Para Durkheim (2000), o suicídio afeta a consciência coletiva, pois está diretamente ligado com a carência de coesão e de solidariedade. A ausência de normas que promovam o controle social torna desregular o nível de integração entre os indivíduos, fomentando forças desagregadoras da sociedade. O príncipe Escalus que também é afetado pela contenda, conclui a tragédia:

Uma soturna paz desperta e amanhece.  
O triste sol se oculta ouvindo estes gemidos.  
Vão embora em silêncio, e que a balbúrdia cesse:  
A alguns perdoarei, e alguns serão punidos;  
pois um conto mais triste o mundo não nos deu  
Que a história de Julieta e seu amor, Romeu” (SHAKESPEARE, 2016, p. 188).

A contenda entre os Montéquios e Capuletos chega ao fim da maneira mais trágica. Os patriarcas das famílias, agora sem sucessores, promovem a construção de estátuas de ouros como símbolo da redenção política, para que os amantes possam, enfim, ficarem juntos de forma emblemática. A concepção que o suicídio dos filhos foi um sacrifício que promoveu a retidão das disputas pleiteia a concepção durkheimiana para o suicídio altruísta de que os protagonistas se subordinaram às expectativas coletivas e deram fim à guerra civil que afligia Verona.

### **3.3 O suicídio altruísta de Romeu e de Julieta**

Ao pensar no suicídio de Romeu e Julieta, notamos a anomalia presente na cidade cenário da peça. Verona vivencia uma guerra civil, o qual fornece um clima hostil para a comunidade. Os nobres Capuleto e Montéquio alimentam uma rivalidade que tem procedências antigas, que ocasionam uma série de conflitos que afetam todo corpo social. Nesse caso, “o estado que a sociedade se encontra fez dele uma vítima sob medida para o suicídio” (DURKHEIM, 2000, p. 267).

A condição de desregramento causado pela frequência dos conflitos, as tensões políticas e a violência cotidiana propiciam a série de mortes narradas na obra que não se restringem aos personagens centrais Romeu e Julieta, mas de outros quatro personagens, que morrem em detrimento da guerra civil. Páris morre por tentar impedir o Montéquio, Romeu, de entrar na cripta dos Capuletos, onde Julieta se encontrava; A senhora Montéquio, morre após o filho ser condenado ao exílio em um confronto com o inimigo; Teobaldo e Mercúcio foram mortos em um duelo de rua gerado por desentendimentos entre as casas. Desde o soneto introdutório, somos alertados que duas famílias nobres, por um rancor antigo, estão em guerra civil e que o par de amantes com sua morte põe fim ao conflito.

No final da peça, o príncipe declarou aos patriarcas das duas famílias que o ódio que gerou a guerra civil também impediu seus filhos de ficarem juntos, levando-os a esse fim trágico. O descumprimento das normas reguladoras da paz, designadas pelo príncipe Escalo, ocasionam a perda do controle social, do poder político e compuseram o fio condutor para o colapso social, criando um contingente de suicídios anômicos. Esse, contudo, não é o único elemento na peça de Shakespeare. A morte como meio de redenção da guerra destaca o caráter altruísta

da peça. Os jovens amantes são lembrados como legatários heróis, que se sacrificaram pela paz de Verona. Essa ideia de conciliação após um sacrifício remete a ideia altruísta de redenção em favor da coletividade, quando os fins sociais impõem essa renúncia aos sujeitos.

Na obra, outro atributo altruísta é a relação de subordinação entre os protagonistas, os amantes que vivem um amor impossível, abdicando da vida diante da gravidade infortúnio da morte do parceiro. Durkheim (2000) aponta esse gesto em variadas circunstâncias, mas esclarece que para o tipo altruísta, ele está ligado a honra e a tradição: as viúvas que se suicidarem por ocasião da morte de seus maridos refletiam os costumes dos hindus, e outros povos primitivos de se suicidarem junto a seus maridos, chefes tribais e líderes. Nesses casos, há uma “dependência tão íntima que exclui qualquer ideia de separação, é preciso que o destino de um seja o do outro” (DURKHEIM, 2000, p. 273). Essa perspectiva é notada na obra Romeu e Julieta. No ato V, quando a jovem constata a viuvez se recua fugir com o Frei para o convento de Freira, e escolhe morrer ao lado de seu esposo Romeu. Ambos buscam o mesmo destino. É narrado, no fim da peça, o suicídio duplo dos jovens amantes. Por um trágico engano, Romeu arquiteta pôr fim a vida na cripta dos Capuletos, ao lado de sua amada:

Vem comigo, meu frasco de remédio.  
 Na tumba de Julieta, eu te usarei  
 [...]Eu ficarei contigo neste palácio de soturnas sombras  
 Para sempre. Aqui eu vou ficar  
 Entre os vermes O que são teus serviçais;  
 Gozarei meu repouso e livrarei  
 Esta carne, cansada de viver,  
 Do Império das Estrelas aziagas.  
 Pela última vez, contemplem, olhos!  
 Pela última vez, abracem, braços!  
 E vocês, lábios, ó portais do alento,  
 Selem agora, em um beijo belo e justo,  
 Meu pacto é eterno com a morte ávida! (...)  
 Com este beijo, enfim, entrego a vida (SHAKESPEARE, 2016, p. 174 e 181).

Quando desperta e encontra Romeu morto a seu lado, Julieta recorre ao suicídio pelos mesmos métodos do marido. Sem sucesso, na procura pelo veneno, se apunhala com a adaga de Romeu.

Uma taça, na mão de meu amor?  
 Veneno? Assim a tua vida se encerrou.

Bebeste tudo, ó rude!  
 Nem um gole, nem gota amiga me deixaste.  
 Mas beijarei em teus lábios. Pode ser  
 Que haja neles o resto do veneno,  
 Para me compensar, com morte rápida.  
 Teus lábios estão quentes!  
 Serei veloz! Ó, lâmina feliz,  
 Que minha carne seja a tua bainha,  
 Nela enferruja e deixa-me morrer! (SHAKESPEARE, 2016, p. 183).

A literatura, por vezes, ilustra esse aspecto altruísta, visivelmente celebrado pelos autores e prestigiado pelo público. “Nessas histórias nobres, o suicídio é um dever moral de todos os personagens que se encontram diante de um impasse”. Essa incumbência se faz pelos motivos mais variados e admiráveis. “A proibição Cristã é evocada [...] para descartá-la educadamente em proveito de uma decisão heroica ou ainda para mostrar que a misericórdia divina decerto perdoará o herói infeliz” (MINOIS, 2018, p. 194). Na obra de Shakespeare, os personagens Romeu e Julieta têm plena consciência da proibição cristã contra o suicídio, assentadas pelo Frei no terceiro e quarto ato da peça, mas em nenhum momento pensam em se submeter a ela, evidenciam sua determinação de pôr fim a vida na ausência do outro. Essas expressões contraditórias se refletem porque a literatura promove esse refúgio, ilustram perfeitamente essa dualidade já incutida na sociedade.

De um lado uma moral ordinária, estrita e minuciosa, para o povo, que deve ser guiado, controlado, vigiado; incapaz de pensar sozinho, ele deve ser mantido dentro dos limites estreitos, para evitar os excessos. Do outro uma moral aristocrática, acima das proibições ordinárias, para as ‘almas bem nascidas’ cuja grandeza de espírito é capaz de discernir, em cada caso particular, os limites do bem e do mal; imbuída de propósitos nobres, sua conduta transcende as proibições ordinárias, pois esses seres agem em função de motivos superiores, incompreensíveis para massa vulgar. Mais ainda do que na vida real, existem no romance dois tipos de suicídio: O do camponês que se enfoca para pôr fim à sua miséria é um ato repreensivo de reles covardia; E do nobre que se trespassam com a espada pelos belos olhos de uma marquesa é um ato heroico digno de uma alma superior e que nem Deus seria capaz de punir (MINOIS, 2018, p. 194).

Nessa abordagem, o suicídio altruísta fornece um discurso que justifica o ato pela honra, como uma solução mais digna para o nobre que prefere perder a vida a ter que conservá-la depois de uma tragédia. Que são os casos citados por Bayet et al (1922, *apud* MINOIS, 2018, p. 195), “as vítimas de paixões censuráveis,

roídas pelo remorso; os amantes rejeitados ou que vivem um amor impossível; as almas generosas, para salvar os pais”. Nessa perspectiva os escritores “tratam de personagens em situações muito específicas, e reivindicam para os heróis acima do normal uma moral sobre-humana que inclui o direito ao suicídio” (MINOIS, 2018, p. 196).

### 3.4 O suicídio anômico de Romeu e Julieta

Romeu e Julieta reflete a organização política e social do período em que se passa a trama. O contexto de produção da obra é a Inglaterra, mas o contexto vivenciado pelos personagens da ficção é Verona, na Itália. No século XVI, o território que atualmente é conhecido como Itália está organizado em principados, cidades-estados e repúblicas com distintas formas de governo. A peça ilustra o contexto político italiano frequentemente governados por famílias, em posições sociais de destaque, que fundaram dinastias locais no período de efervescência do renascimento.

De acordo com Joseph Sobran (1997 *apud* Silva, 2012, p.48), além de *Romeu e Julieta*, outras produções literárias – *A megera domada*, *O mercador de Veneza*, *Dois cavalheiros de Verona*, *Otelo*, *O mouro de Veneza*, *A tempestade* – “foram inspiradas em contos italianos e cujas histórias são situadas na própria Itália [...] dentro da realidade social, econômica e política local, com traços marcantes e olhares na Inglaterra”. Mais do que expor a conjuntura socioeconômica e cultural italiana, Shakespeare apresentou ao público as relações cotidianas e a rivalidade entre os grupos políticos dos principados italianos. Abordou, em uma “época em que a Inglaterra se consolidava como potência”, o Estado como instrumento “para pôr fim aos conflitos, estabelecer a ordem e conduzir a nação a prosperidade” (SILVA, 2012, 50). Nesse sentido, Silva (2012, p. 50) afirma que:

Ele procurou inculcar no público esta noção de que ordem social que reinava na Inglaterra e apresentou a Itália, com sua configuração política fragmentada e disforme, mas ao mesmo tempo capaz de sintetizar o pensamento humanista próprio da Renascença, idealizando-a nas suas obras como a terra conturbada por inúmeros problemas, mas onde o amor e



a virtude genuína eram capazes de vencer, semelhante ao que aconteceu na Inglaterra.

O Estado e da igreja católica atuam como conciliadores dos conflitos e simbolizam a paz e a ordem social. “O príncipe de Verona representando a ordem legal e o frei Lourenço representando a ordem moral” (SILVA, 2012, 28). As famílias Capuletos e Montéquios assumem o palco da tragédia shakespeariana. Conforme Silva (2012), a rivalidade é um reflexo da época em que vivem e representam as comuns disputas pelo poder, prestígio e domínio do comércio. Algo muito importante dentro da cultura italiana e é nisso que se assenta a guerra entre Capuletos e Montéquios.

Na obra, o personagem Éscalo, o príncipe de Verona, representa a força política que busca restabelecer a ordem abalada pela rivalidade entre duas famílias nobres. Os personagens são inspirados na vida cotidiana das tradicionais famílias italianas. Éscalo é a completa imagem do príncipe moderno, que Maquiavel (2001) discutiu em seu livro emblemático *O Príncipe. Governantes*, que têm dificuldades de se manter no poder e não conseguem assegurar a ordem na sociedade, incentivam o desenvolvimento de disputas entre as famílias da alta sociedade nessas cidades. Nesse sentido, na ausência de um estado legítimo, a sociedade impõe as suas próprias regras, criando meios para composição de uma guerra civil.

Na obra, o confronto armado entre o grupo de civis não foi neutralizado por Éscalo, que não consegue manter o seu domínio. Essa falta de legitimidade impediu a manutenção das ordens impostas pelo príncipe, permitindo a fragmentação política e os confrontos civis entre as famílias. O príncipe entra em cena três vezes durante a peça para cessar os confrontos e punir os envolvidos. No primeiro ato, durante um combate ilegal nos locais públicos da cidade de Verona, declara as famílias rivais:

Inimigos da paz, rebelde súditos,  
 Que profanam com sangue irmão as armas!  
 Não queres escutar? Ó bestas-feras,  
 Que apagam os vulcões da fúria insana  
 Nas fontes carmesins das próprias veias,  
 Sob pena de tortura, larguem já  
 Essas armas de tempero ruinosa.  
 Três vezes, por palavras é leviana.  
 Tu, Capuleto, e tu, velho Montéquio,  
 Perturbastes as ruas de Verona,  
 Forçando nossos velhos cidadãos

A despir seus solenes paramentos  
 E empunhar velhas facas em mãos velhas.  
 Que o hábito da paz tornou disformes  
 Para apartar disputas deformadas.  
 Mais uma briga, e pagareis co'a vida.  
 Por agora, que resto já debande.  
 Tu, Capuleto, ordeno: vem comigo;  
 E tu, Montéquio, vem durante a tarde,  
 Para saber as nossas decisões,  
 No Burgo Livre, o antigo tribunal.  
 E sob pena de morte, os outros todos  
 Debandem, vão para casa, agora, já! (SHAKESPEARE, 2016, p.68-69).

Assim, na primeira cena da peça, Shakespeare escreve sobre o confronto que ocorre em Verona, uma rivalidade que perdurava por longo tempo e que sequer são mencionados seus motivos. Mas tais motivos se tornam implícitos, pois era comum na baixa Idade Média disputas pelo poder entre as províncias italianas. Bárbara Heliodora, considerada a maior especialista em Shakespeare no Brasil, afirma que os jovens amantes foram vítimas da rivalidade entre as famílias, da guerra civil avassaladora, “até os criados dos Capuleto e dos Montéquio se provocam e lutam, mesmo sem saber a razão dessa hostilidade” (HELIODORA, 2014 p. 1773).

A peça se inicia com desavença entre criados de ambas as famílias, Gregório, Sansão e Abraão entram em cena armados com espadas e escudos envolvendo-se em um duelo nas ruas da cidade. Em seguida, no terceiro ato, Mercúcio e Teobaldo confrontam-se levando a morte de Mercúcio que, mais tarde, fomos informados ser um fidalgo, primo-irmão do príncipe. O príncipe aparece novamente para exilar Romeu de Verona por ter matado Teobaldo em vingança ao amigo Mercúcio.

Os conflitos contribuíram para um fim trágico: o ambiente hostil em que vivem revelam pontos fundamentais na crise suicida dos protagonistas. É possível notar a crítica ao poder destruidor da guerra, que fomenta a violência na cidade e que cria um contingente suicida aos protagonistas. No final da peça, o príncipe declarou aos chefes das duas famílias que os desentendimentos entre as famílias causaram a tragédia. Além de alegar sua incapacidade de garantir o bem-estar da população:

Montéquios e Capuletos, contemplai  
 O flagelo que pune o vosso ódio!  
 O céu usou o amor como intermédio

Para matar as vossas alegrias.  
E eu, por ter fraquejado em apartar  
Tais discórdias, perdi muitos parentes.  
Portanto, todos nós fomos punidos. (SHAKESPEARE, 2016, p.188).

Éscalo tenta liquidar as disputas familiares que desestabilizam toda comunidade, atribuindo pena de morte e tortura aos que insistirem nessa oposição. Sem sucesso, reaparece revoltado na última cena com os conflitos e com a insubordinação do povo as suas leis. Condena a velha rixa, inclui a promessa de punição aos responsáveis pela catástrofe. Contudo, sendo o suicídio compreendido em aspectos semânticos como uma “ação do próprio indivíduo” (SUICÍDIO, 2020), Shakespeare atribui causas sociais e envolvimento das estruturas sociais como fatores coercitivos que determinam o suicídio dos protagonistas. O dramaturgo reforça o “complexo de culpa individual e coletiva em relação ao suicídio” (MINOIS, 2018, p.392).

No Ato final da obra o príncipe diz: “Todos nós fomos punidos[...] A alguns perdoarei, e alguns serão punidos” (SHAKSPEARE, 2016, p. 188). Assim, com esta declaração, “afirma que as mortes que testemunhamos são um desastre coletivo para aqueles que ficaram para trás” (POOPLE apud SHAKSPEARE, 2016, p. 44).

As questões levantadas em torno desse romance trágico chamam atenção para as condições sociais em que vivem os personagens, ou seja, num contexto de guerra civil, além dos problemas que cercam a estrutura familiar dos Capuletos e Montéquios em Verona do século XVI. Krüger e Werlang (2010) declaram que os conflitos familiares estão relacionados com as tentativas de suicídio. O rompimento de relacionamentos sociais e as frustrações com as inúmeras tentativas de resolução dos problemas familiares são estímulos relacionados ao comportamento suicida.

Mcfarlane (1990) diz que, no século XVI, o casamento não era visto como uma instituição ligada à paixão, mas sim como uma instituição sagrada, política e social para gerar filhos legítimos e construir uma herança. A renúncia ao casamento com o conde promove um grande conflito familiar e graves discussões que afetam diretamente a estrutura da família; rompe com uma das mais fortes tradições do patriarcado e transgrede os padrões ao desafiar o pai que ameaça expulsar a filha de casa, além de proferir agressões verbais e ameaças físicas à jovem:

Apronta os teus ossinhos refinados  
 Para esta quinta-feira lá na igreja,  
 Ou, juro, vou leva-te a bordoadas!  
 Imprestável pirralha! Peso morto! Cara de cera!  
 (...) Pirralha sem-vergonha!  
 Petulante e safada e sem respeito!  
 (...) Meus dedos coçam.  
 (...) é melhor ter nada do que ter isto.  
 Ela é uma maldição em nossa casa!  
 Se não fores, teu lar será a rua.  
 Passa fome, suplica por esmolas,  
 Dorme no sereno, chora grita e morre:  
 Eu não vou reconhecer-te, isso eu prometo (Shakespeare, 2016, p. 148-149).

Nesse sentido Shakespeare “abordou temas e personagens de maneira mais complexa. Retratou e, ao mesmo tempo, questionou sua época, mergulhando mais fundo nas contradições da alma humana” (HELIODORA, 2014, p.12). A abordagem shakespeariana atribuiu uma outra forma de conceder o matrimônio ao encenar um conflito entre Julieta e o pai, em uma época em que o casamento era compreendido como instituição concedida pelos pais por conveniência social, política ou econômica. A ideia de que os jovens amantes tenham casado secretamente, sem a anuência dos pais, retrata a história desse “amor proibido” consumado em um comovente suicídio. Sob essa perspectiva, Minois nos esclarece que “os casamentos impossíveis devido às diferenças sociais também provocam desesperos fatais condenados com rigor, como tudo que contrariar a boa ordem e os valores estabelecidos”. (MINOIS, 2018, p.361)

A visão renascentista de Shakespeare conduz uma reflexão sobre as adversidades da humanidade, o suicídio ligado ao flagelo social e rompimentos de laços afetivos. Como esse fenômeno pode afetar, além de suas vítimas, os sobreviventes. “Esse tipo de morte voluntária aparece efetivamente na época das guerras civis (...) Na verdade parece estar ligado às crises de civilização, aos momentos de alteração profunda dos hábitos coletivos” (MINOIS, 2018, p.60). Os conflitos em Verona, proporcionados pelas nobres famílias, enfraqueceram o estado de integração coesa do grupo social, estabelecendo um contingente suicida.

Conforme Heliadora (2014, p. 1763), Shakespeare, ao contrário do poeta inglês Arthur Brooke, que quer “condenar os dois jovens pelo imperdoável pecado de desobediência aos pais”, coloca-os como “vítimas da luta entre suas famílias”, nessa transição escreve “não apenas uma grande história de amor como também

uma grave denúncia contra a guerra civil, ilustradas na peça por meio do conflito entre os Montéquio e os Capuleto”<sup>13</sup>.

Podemos dizer então que Shakespeare se antecipa a Durkheim em tratar a natureza do suicídio como um fenômeno social. O duplo suicídio da famosa história de Shakespeare não foi causado apenas por fatores subjetivos, mas também por fatores objetivos. Isto é, na tragédia shakespeariana, o duplo suicídio é um fato social, objeto da sociologia. E assim, podemos trabalhar em sala de aula, com tal obra, para discutir o suicídio, não romantizando o suicídio, mas movimentando, através dela, as ideias de Durkheim sobre tal fenômeno. Essa estratégia permite despertar os interesses dos alunos para as aulas de sociologia, chamando a atenção deles para esse problema de saúde pública.

---

<sup>13</sup> Na história do Brasil as lutas de família foram muito comuns, sobretudo no período colonial. Por herança cultural do patriarcalismo, diversas regiões brasileiras são controladas por grupos familiares. Essa dominação familiar demonstra a consolidação do poder político e o controle social difundidos pelos laços territoriais. Segundo Costa Pinto (1949, p. 17): “A família é o quadro onde se desenrolam todas, ou quase todas, as atividades sociais e que determina, fundamentalmente, o status da pessoa” Dentre esses ofícios encontraremos “a função jurídica, a qual, por seu mecanismo, gera esse tipo característico de conflito social que é a luta de famílias” (PINTO, 1949, p.17). Costa Pinto (1949, p.23), em *Lutas de famílias no Brasil*, ainda ressalta: A posição de cada um na sociedade era determinada e garantida pelo grupo de parentes a que pertencesse, por via da solidariedade da família que, impondo a noção de responsabilidade coletiva faz com que, na vingança privada todo o grupo sofra as represálias por um delito praticado por um de seus membros (solidariedade passiva) e todo o grupo se una para vingar o delito cometido contra um de seus membros, delito considerado como feito ao grupo inteiro (solidariedade ativa).

## 4 CONCLUSÃO

Buscamos nesta monografia demonstrar que determinados temas sociológicos podem ser discutidos através da ficção. A partir da constatação que as aulas de sociologia são pouco atrativas para a juventude no ensino médio, principalmente porque os temas da sociologia são constantemente apropriados pelo senso comum, procuramos construir uma estratégia para nos aproximar mais dos alunos, fazer com que eles “vejam as aulas de sociologia com outros olhos”. A estratégia, portanto, foi trazer a ficção para o campo da sociologia.

Essa estratégia (no sentido dado por Certeau, 1999) não se trata de nenhuma novidade metodológica, apesar de ainda encontrarmos no campo da sociologia muita resistência em considerar o romance como fonte das ciências sociais. Tal estratégia pode funcionar para várias temáticas da sociologia, mas ressaltamos aqui sua função no caso de assuntos delicados e temporâneos, como é o caso do suicídio. A principal obra sobre o tema, que é *O suicídio*, de Durkheim, é de difícil apreensão, mesmo realizada a transposição didática pelos autores dos livros adotados pelas escolas. Por isso, como forma de prevenir o suicídio entre os jovens, que tem crescido bastante durante a epidemia do novo coronavírus, por que não tratar esse assunto a partir da conjunção da arte com a ciência? Ou seja, de forma que toque os alunos.

Demonstramos aqui que a tragédia *Romeu e Julieta* em muitos pontos coincide com a teoria de Durkheim sobre o suicídio. Shakespeare escreve uma obra carregada de representatividade social, elenca o confronto civil comum nos principados italianos, ilustra o lugar social em que vivem os personagens e como esse ambiente ultrajante revela pontos fundamentais das crises suicidas. O reconhecimento das causas sociais como um fato que deve ser abordado para compreender esse fenômeno é, sem dúvida, a chave que conduz o elo entre as ciências sociais e a literatura. Na peça, quando o príncipe regente condena os patriarcas das duas famílias pelo trágico suicídio dos filhos essa reação reforça o complexo de culpa social em relação ao suicídio.

A obra coloca em destaque a responsabilidade das relações sociais e das estruturas coercitivas na propensão do suicídio. Como destaca Durkheim (2000, p.

250): “As grandes comoções políticas multiplicam os suicídios”. Dessa forma, a fragmentação política, a guerra civil e a fragilidade das relações privadas compuseram o quadro propício para os protagonistas renunciarem a vida.

Os nobres amantes Romeu e Julieta estavam tão apaixonados que sacrificaram a própria vida diante da possibilidade de separação do parceiro. Portanto, Shakespeare se antecede a Durkheim, e nos dá como exemplo dois jovens que se suicidam devido às diferenças sociais de suas famílias. Contrariando a boa ordem e os valores estabelecidos, o dramaturgo abordou “assuntos que, para os primeiros espectadores de Shakespeare, eram urgentes e controversos” (POOLE, 2016, p.09). A ideia de que a morte dos filhos pôs fim ao conflito revela o caráter altruísta categorizado mais tarde por Durkheim. Outro elemento que reforça tal caráter é o de as autoridades locais não terem condenado os jovens, mas os de terem colocado como vítimas da rivalidade dos pais. Em síntese, nos revelam que assim como a fragilidade das relações impelem o suicídio a dependência e servidão produzem o mesmo efeito.

O suicídio duplo que contemplamos no final da peça vai muito além de um trágico engano e infeliz contratempo, pois os personagens são guiados por fatalidades sociais que desestabilizam a coesão da comunidade. Uma história que, boa parte do público, aplaude e se encanta, reverberando ser uma grande história de amor, é, na verdade, como pondera Heliodora (2011, p. 9): “um sermão contra os males da guerra civil”.

O sucesso do debate sobre o suicídio na obra de Shakespeare revela o interesse dos leitores em assunto que cercam os conflitos morais existenciais. Isso ocorre porque o suicídio perturba o equilíbrio social, tanto por seu significado como por suas consequências. A nossa consciência coletiva é confrontada para reagirmos de maneira instintiva, hesitando ou desaprovando, como indica Norbert Elias (2001), visto que, em nosso processo civilizador, somos conduzidos à negação da morte.

Portanto, para onde quer que nos voltemos, o suicídio é um tabu que é preciso ser combatido. O tema ganha relevantes contornos quando associado a novas linguagens como na literatura, que se cerca de uma liberdade simbólica que permite tratar abertamente sobre o assunto sem fazer referência a moral tradicional; sem incitar o suicídio, o universo ficcional localiza os enlaces históricos e sociais constitutivos do mundo e possibilita estabelecer relação com a realidade.

De acordo com a OMS é possível prevenir o suicídio. A necessidade do debate é algo explícito, levando em consideração as estatísticas aqui mencionadas: os elevados índices comprovam que se trata de um grave problema de saúde pública que requer medidas que podem ser tomadas junto à população para prevenir as causas e combater o estigma em torno do tema. As estratégias devem fornecer amparo social e inclui projetos de reinserção dos sobreviventes em grupos sociais coesos e fortalecidos pelo propósito da solidariedade.

Como vimos, segundo Minois (2018, p.136), falar abertamente do assunto enfraquece a sua determinação, nesse caso, a literatura desempenha “um papel de terapia social, além de ajudar uma geração desorientada a atravessar um período difícil por meio da redução dos suicídios de verdade”. Além de facilitar a abordagem do tema, tornando mais atrativo, estabelece no ambiente escolar ideais voltadas a prevenção e solidariedade, estimulando uma boa convivência entre os alunos.



## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zigmunt. **Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BORGES, V. R; WERLANG, B. S. G.; e COPATTI, M. **Ideação suicida em adolescentes de 13 a 17 anos**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 28, jan./jun. 2008, p. 110-123).
- BOTEGA, N. J.; BARROS, M. A. B; OLIVEIRA, H. B.; DALGALARRONDO, P.; e MARINLEÓN, L. **Comportamento suicida na comunidade: fatores associados à ideação suicida**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 27(1), p. 2-5, 2005.
- BOTEGA, N. José. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Artmed; 1ª edição - Campinas, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. [Tradução Miguel Serras Pereira]. Editorial Presença: Lisboa, 1996.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do sistema Único de Saúde-DATASUS. **Informações sobre mortalidade**. Disponível em:<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>> Acesso em: 24 de nov. de 2019.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde, DATASUS. **Informações sobre mortalidade**. Disponível em:<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10ma.def>>. Acesso 06 de nov.2020.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Disponível em:<<https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/17/2019-014-Publicacao-02-07.pdf>>. Acesso em 20 de nov. de 2019.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Lista Básica de Tabulação da Classificação Internacional de Doenças**. Secretaria de Vigilância em Saúde Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sih/mxcid9lb.htm>>. Acesso em: 20 de nov. 2019.
- BRASIL. **Código Penal. Artigo 122. Decreto Lei 2848/40**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 03 de jun. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: 2018.
- CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Tradução de Ari Roitman e Paulinha Watch. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2018.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 6.ed., reimpr. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

CANTON; MENDROT, **O livro da literatura**. Organizado por James Canton et al; tradução Camile Mendrot et al. 1 ed. São Paulo: Globo, 2016.

Centro de Valorização a vida, **Guia para pais e educadores**. 2017. Disponível em: <[https://www.cvv.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/guia\\_CVV\\_pais\\_educadores\\_DIGITAL.pdf](https://www.cvv.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/guia_CVV_pais_educadores_DIGITAL.pdf)>. Acessado em 03 de abr. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 4 ed. [Tradução Ephraim Ferreira Alves]. Petrópolis: Vozes, 1999.

COSTA PINTO, L. A. da. **Lutas de família no Brasil**. ed 5º. v.263. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1949.

DE CAMARGO, Valéria Lúcia. **Matar-se em nome de deus? uma análise do suicídio praticado pelos homens e mulheres bombas no islamismo**. 2007. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DE OLIVEIRA, A. C. G. **A morte pela espada: o suicídio ritualístico japonês analisado à luz da teoria de Émile Durkheim**. *Estudos de Sociologia*, v. 25, n. 48, 2020.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. Tradução Mônica Stahel. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESCARPIT, Robert. **Sociologia da literatura**. Arcádia, Lisboa, 1969.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FERREIRA; Carlos Bueno; LEVITAN; Claudio. **Revista digital do programa de Pós-Graduação em letras da PUCRS**. Porto Alegre. volume.9, n.2, p.403-410, 2016.

FRAGA, Olivia. **Existe alguma ligação entre crise econômica e aumento nas taxas de suicídio?**. BBC News, São Paulo, 15 de set. de 2019. Disponível em:<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/07/15/existe-alguma-ligacao-entre-crise-economica-e-aumento-nas-taxas-de-suicidio.ghtml>. Acesso em: 08 de set. 2020.

GREENBLATT, Stephen. **Como Shakespeare se tornou Shakespeare**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GUERIOS, A. Miriane. **A atualidade de Shakespeare: um estudo sobre Romeu & Julieta do grupo Galpão**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Letras e Artes) Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2017.

HELIODORA, Barbara. **Introdução**. In: Shakespeare, William. Romeu e Julieta. ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

HELIODORA, Barbara. **Shakespeare: o que as peças contam**. Edições de Janeiro. Edição do Kindle. 2014.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e cartográficos. **Boletim Social do Maranhão**. Vol. 1, N. 1/2019. pág. 22. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/3746ebcb0a06a1995f3b887d453ed771.pdf>>. Acesso: 14 de out. de 2019.

KARL, Marx. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella,-São Paulo: Boitempo, 2006.

KRÜGER, L. L., WERLANG, B. S. G. **A dinâmica familiar no contexto da crise suicida** -USF, v. 15, n. 1, p. 59-70, jan./abr. 2010.

MASSON, Cleber. **Direito Penal: parte especial: art. 121 a 122**. 11ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2018. pag 93.

MCFARLANE, A. **História do Casamento e do Amor**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1970.

MINOIS, Georges **História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária**. Traduzido por Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NOBERT, Elias. **A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Organização Mundial da Saúde. (2019). **Suicídio no mundo: estimativas de saúde global**. OMS. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/326948>>. Acesso em 24 de nov. de 2019.

Organização Pan-Americana da Saúde (2018). **Suicídio**. Disponível em:<<https://www.paho.org/pt/topicos/suicidio>>. Acesso em 24 de nov. de 2019.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Pandemia de COVID-19 aumenta fatores de risco para suicídio**. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/10-9-2020-pandemia-covid-19-aumenta-fatores-risco-para-suicidio>>. Acesso em 29 nov. de 2020.

POOPLE, Adrian. **Introdução**. In: SHAKESPEARE, William. *Romeu e Julieta*. Tradução e notas de José Francisco Botelho. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

Schopenhauer, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**. Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. -São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SHAKESPEARE, William. **Romeu e Julieta**. Tradução e notas de José Francisco Botelho; introdução de Adrian Poole. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

SILVA, Cristian K. **O direito como garantia de pacificação e conciliação dos conflitos entre rivais na Itália renascentista**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2012.

SUICÍDIO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/indole/>>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

TEIXEIRA, Napoleão. **O suicídio: em face da psicopatologia, da literatura, da filosofia e do direito**. Curitiba, São Paulo: Guaíra Limitada, 1948.

WERLANG, B. S. G. **Proposta de uma entrevista semiestruturada para a autópsia psicológica em casos de suicídio**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SÃO PAULO, 2000.